



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 3 / 26

FL. N.º 77

R

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA

DE 27 DE ABRIL DE 2026

N.º 3/2026 – Quadriénio 2025/2029

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho

HORA: Sessão agendada para as 20 horas de 27 de abril de 2026

MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PPD/PSD

Presidente da Assembleia Municipal: Adriana Helena Silva Rodrigues;

1.º Secretário: António Fernando de Pina Marques;

PS

2.ª Secretária: Joana Filipa Correia de Almeida.

GM – GRUPO MUNICIPAL DO PSD (PPD/PSD)

- Ana Rita Fernandes Martins;
- Carlos Alberto Soares Rodrigues, em suplência de Carlos Nuno de Oliveira Pinho;
- Célia Maria dos Santos Tavares;
- André Albano Caravela Machado;
- Maria Paula Barbosa Leite de Pinho;
- Vítor Manuel Marques de Pinho;
- Ana Letícia de Pinho Correia;
- J.F. Arões – Sílvia Daniela Costa Domingos;
- J.F. Cepelos – Fernanda Maria Tavares Gonçalves;
- J.F. Junqueira – Baltasar Almeida Lages
- J.F. Rôge – Constantino Martins Pinho.

GM – GRUPO MUNICIPAL DO CDS (CDS/PP)

- José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva;
- José António Abrantes Soares de Almeida;

2026.04.27

- Rita Alexandra Alves Casal;
- Simão Pedro Nogueira da Silva Dias;
- Adélia Maria Araújo Boucinha;
- José Augusto Tavares Ferreira, em suplência de Jorge Manuel Santos Silva;
- Pedro Fernandes Ferreira, em suplência de Sónia Isabel Vide Almeida Rodrigues Sá;
- J.F. São Pedro de Castelões – Carlos Alberto de Pinho Tavares;
- J.F. U.Freg. Vila Chã, Codal e VCP – Cristina Maria Vasconcelos Quintas.

GM – GRUPO MUNICIPAL DO PS

- Albino Luís Soares de Almeida;
- J.F. Macieira de Cambra, Víctor de Sousa Tavares.

GM – GRUPO MUNICIPAL DO CHEGA

- Armando de Oliveira Martins de Pina;
- Estela Maria Salema da Costa, em suplência de Maria José Gomes de Aguiar.

Esteve presente, em representação da Câmara Municipal, conforme a alínea r) do artigo 35.º, Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual versão, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, André Agostinho Martins da Silva, acompanhado pelos vereadores, Sérgio Miguel dos Santos Soares, Mónica Pinto Seixas, Nelson da Silva Martins, José Miguel de Vasconcelos Aguiar Soares, Mafalda Sofia Soares Ferreira e Vítor Manuel Ribeiro Tavares. -----

Pelas 20 horas e quatro minutos, verificando-se a existência de quórum, dada a presença de vinte e três membros, a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal e Presidente da Mesa, Adriana Helena Silva Rodrigues, declarou aberta a sessão para análise à Ordem de Trabalhos que se transcreve:

ORDEM DE TRABALHOS DA SESSÃO ORDINÁRIA

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

- a) Informações diversas, nos termos do disposto no artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal;-----
- b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 21 de fevereiro de 2026;-----



c) Período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1. MOÇÃO pela Valorização e Promoção das “Pedras Parideiras” no Concelho de Vale de Cambra – Proposta do Grupo Municipal do PPD/PSD;-----
2. MOÇÃO pela Valorização, Salvaguarda e Promoção da Aldeia da Ribeira (Cepelos) – Proposta do Grupo Municipal do PPD/PSD;-----
3. Informação Municipal: informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I, do RJAL;-----
4. Prestação de Contas do ano 2025;-----
5. Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2025;-----
6. Suspensão do PAEL – Programa de Apoio à Economia Local;-----
7. Apoio à Junta de Freguesia de Cepelos – Acordo de parceria para a realização da Feira Tradicional de Gado da Raça Arouquesa 2026 – “Feira dos 16”;-----
8. Implementação de rede de fibra ótica no Município – Freguesia de Cepelos – Cedência de espaço público para colocação do Armário de Telecomunicações;-----
9. Regimento da Assembleia Municipal de Vale de Cambra – proposta;-----
10. Regulamento de Transmissão em Direto e da Gravação das Sessões e Reuniões da Assembleia Municipal de Vale de Cambra – Proposta;-----
11. Apoio à União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho: Marcha Popular de St.º António; -----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO de harmonia com o número 1 do artigo 49.º, do Anexo I, do RJAL. -----

- APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO: Aprovação do texto e respetivas minutas. -----

A Sr.ª Presidente da Mesa deixou um agradecimento aos Deputados Municipais presentes nas Cerimónias Comemorativas do 25 de Abril'74, em especial, aos Líderes dos Grupos Municipais pela organização conjunta da Sessão Solene, agradecimento extensivo à Câmara Municipal e, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara Municipal,

2026.04.27

manifesta a sua gratidão aos respetivos colaboradores, pelo empenho tido em todos os momentos do evento, que teve continuidade no sábado à noite e domingo à tarde no Centro de Artes e Espetáculos, respetivamente com o espetáculo de JP Simões e com o Lançamento do Livro “A Guerra do Ultramar e os Combatentes de Vale de Cambra” da autoria do Prof. Martinho Almeida. -----

Comunicou que, ao abrigo do artigo 79.º da Lei 169/99, de 18 de setembro na sua última versão, na impossibilidade de estarem presentes os Deputados Municipais a seguir discriminados, os mesmos foram substituídos pela ordem de chegada do pedido, pelos elementos seguintes das respetivas listas, aos quais foi dirigida a convocatória: -----

- Lista PPD/PSD: -----

Carlos Alberto Soares Rodrigues, em suplência de Carlos Nuno de Oliveira Pinho; -----

- Lista CDS/PP: -----

Em segunda convocatória, José Augusto Tavares Ferreira, em suplência de Jorge Manuel Santos Silva; -----

Em quinta convocatória, Pedro Fernandes Ferreira, em suplência de Sónia Isabel Vide Almeida Rodrigues Sá; -----

- Lista CHEGA: -----

Estela Maria Salema da Costa, em suplência de Maria José Gomes de Aguiar;-----

Após a formalização das substituições, a Sr.ª Presidente da Mesa pede um aplauso de boas-vindas aos novos Deputados, desejando-lhes sucesso no exercício das suas funções em benefício da população de Vale de Cambra. -----

Foi ainda referida a ausência do Deputado Municipal João Carlos da Silva Pinho do CDS/PP, e que, face ao seu pedido de substituição, foi feita convocatória do seguinte da Lista do respetivo Partido, que não se veio a concretizar. -----



Todos as ausências foram justificadas pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

DE SEGUIDA, com vinte e sete membros da Assembleia Municipal em pleno exercício de funções, a Sr.ª Presidente da Mesa deu início aos trabalhos da sessão. -----

a) INFORMAÇÕES DIVERSAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 19.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

A Sr.ª Presidente da Mesa deu nota de que, nas últimas semanas, tanto os Secretários da Mesa como ela própria participaram em várias iniciativas promovidas por Instituições e Associações locais, destacando a sua presença na 17.ª Edição da Festa da Broa, em Paraduça (freguesia de Arões), organizada pela Associação local, evento que considera importante para a valorização dos produtos endógenos do Concelho e para o desenvolvimento da economia local e regional, formulando votos de felicidades em futuras edições. -----

Referiu também a participação nas celebrações da Páscoa da Paróquia de São Pedro de Castelões, nomeadamente na Sexta-Feira-Santa, elogiando o trabalho desenvolvido pelo Padre Luís Delindro e pela Comunidade Paroquial de S. Pedro de Castelões para dignificar estas comemorações, frisando o potencial turístico deste tipo de eventos de âmbito local, tradição que se repete pelo país fora, promovendo as localidades, mencionando que por isso, este tipo de eventos deve ser apoiado. -----

A todos que lhe dirigiram convites, deixou o seu agradecimento. -----

b) APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 21 DE FEVEREIRO DE 2026: - -

A Assembleia Municipal, com a abstenção dos Deputados Municipais Carlos Alberto Soares Rodrigues, José Augusto Tavares Ferreira, Pedro Fernandes Ferreira e Estela Maria Salema da Costa, por não terem estado presentes na sessão, deliberou por maioria dos vinte e sete membros presentes, aprovar a ata da sessão da Assembleia Municipal de 21 de fevereiro de 2026. -----

2026.04.27

**c) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E
PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA:**

A Sr.ª Presidente da Mesa deu a palavra aos Deputados Municipais: -----

- Pedro Fernandes Ferreira cumprimentou todos os presentes e os que assistiam à sessão online. -----

Deu nota de que a política de proximidade deste executivo Municipal tem contribuído para o desenvolvimento do Concelho, salientando a importância das obras de requalificação da Estrada Municipal entre Paraduça e Cabrum, uma intervenção há muito reivindicada pelas populações da zona mais alta do Concelho, por melhorar as acessibilidades, a mobilidade e a qualidade de vida desta população. Apela, assim, à conclusão dos trabalhos em curso e à restante ligação até à Estrada Municipal 1386, que dá acesso à Aldeia da Lomba. -----

Elogiou também a criação da medida “Linha Município”, que permite aos cidadãos reportarem de forma simples e rápida pequenos problemas no Concelho, promovendo menos burocracia e uma maior rapidez na resolução de problemas, como buracos nas estradas e passeios danificados, pois que, a referida “Linha” demonstra inequivocamente a abertura e proximidade à população do Executivo Municipal em funções, questionando o Sr. Presidente da Câmara sobre o impacto deste novo canal de comunicação junto dos cidadãos. -----

Conclui afirmando ser importante continuar a desenvolver projetos e implementar medidas de forma gradual e consistente, sempre com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos habitantes de Vale de Cambra, apelando ao contributo de todos para esse caminho comum, dado que ainda há muito a fazer pelo Concelho. -----

- Armando Pina cumprimentou todos os presentes e os que assistiam à sessão online. -----



Manifestou o seu descontentamento pelo facto de a população ter pago entrada no CAE, especialmente no caso de famílias numerosas, cujo valor de 10 euros por pessoa para assistir ao concerto do cantor JP Simões no âmbito das comemorações do 25 de Abril, uma data tão simbólica, pode não ser suportável, sentindo até um certo desconforto por ter tido, juntamente com os restantes Membros da Assembleia Municipal, um acesso gratuito. -----

Voltou a questionar, como na última sessão, os custos das transmissões online das sessões, por ainda não ter recebido a correspondente resposta, bem como o custo total das comemorações do 25 de Abril'74 deste ano, defendendo que os cidadãos têm o direito de conhecer essas despesas públicas. -----

Sobre a confusão gerada na entrada do evento realizado no CAE, no dia 26, considera não haver desculpas para o ocorrido, pelo que nada mais quer acrescentar. -----

Desse evento, destaca somente o quão importante é, a questão dos ex-combatentes da Guerra do Ultramar na memória coletiva local e questiona de que forma a Câmara Municipal pode apoiar esta comunidade, inclusive através de verbas do Orçamento Municipal. -----

Em seguida, pede esclarecimentos sobre diversos assuntos: -----

- o estado da ligação ao Barbeito, se já existem movimentações no terreno; -----
- a definição da localização do futuro Ecocentro; -----
- a existência de um projeto para a melhoria do Estádio Municipal, considerando que as atuais condições são inferiores às dos Concelhos vizinhos;
- qual a opinião do Presidente da Câmara sobre a eventual instalação de uma indústria junto a uma escola em Codal; -----
- se existe algum projeto para a substituição das antigas canalizações de água em ferro ainda existentes em Vila Chã; -----

2026.04.27

- qual o eventual envolvimento de empresas locais na produção de equipamentos militares, face a declarações feitas num comício do CDS com a presença do Sr. Ministro da Defesa Nacional, Nuno Melo, questionando os impactos na indústria e no emprego local e se já existe algo em concreto;-----
- pede esclarecimentos sobre a empreitada Martins & Rebello, nomeadamente sobre o estado de execução, contratos, projetos, projetistas, investimentos realizados e se já foram recebidas algumas verbas, sugerindo a realização de uma visita às instalações, acompanhada de explicações técnicas, para que todos os membros da Assembleia Municipal possam conhecer melhor o projeto, contribuindo dessa forma para que, futuramente, todos tenham conhecimento das decisões a tomar enquanto órgão deliberativo. -----

- **Estela Costa** cumprimentou todos os presentes e os que assistiam à sessão online. --

Alertou para a gravidade do bullying nas escolas, descrevendo-o como uma realidade silenciosa presente nos corredores, recreios e redes sociais, que afeta crianças e jovens através da exclusão, do medo e da humilhação. -----

Defende que o bullying não deve ser visto como uma simples brincadeira ou uma fase passageira, mas sim como uma forma de violência que deixa marcas profundas na autoestima, no desempenho escolar, na saúde mental e, em casos extremos, no próprio sentido da vida. -----

Frisou que este problema não pode ser tratado apenas pelas escolas, por ser uma questão de toda a comunidade, considerando, assim, que o Município também tem responsabilidade no combate ao bullying, devendo existir um compromisso político, planeamento e investimento, a criação de programas educativos que promovam empatia, respeito e cidadania, canais seguros de denúncia e o reforço do apoio psicológico nas escolas, tanto para vítimas como para agressores, ou seja, ser



efetivamente assumido um papel ativo na promoção do bem-estar, da segurança e da dignidade dos jovens. -----

Mesmo sabendo que não existem, disse, perguntou quais são as estratégias existentes em Vale de Cambra para combater o bullying, os programas de prevenção, as equipas multidisciplinares a trabalhar em articulação com as escolas, o apoio psicológico contínuo e campanhas de sensibilização dirigidas a pais, professores e alunos, ou se apenas haverá uma atuação reativa perante qualquer ato de bullying, partindo-se da ideia errada de que o bullying é algo normal no crescimento das crianças e jovens. ----

Deixa um apelo à reflexão sobre a importância de proteger o bem-estar emocional das crianças e dos jovens e propõe a criação de uma Estratégia Municipal Integrada de Combate ao Bullying, com objetivos, recursos e avaliação de resultados concretos, no sentido de evitar os graves impactos do bullying na saúde mental dos jovens numa sociedade em que se pretende formar crianças livres, autónomas e empreendedoras, e não, jovens dependentes de medicação e marcados por problemas psicológicos, garantindo-se também que as escolas sejam espaços de respeito, segurança e crescimento saudável, mais justo, humano e forte. -----

- **Albino Almeida** cumprimentou todos os presentes e os que assistiam à sessão online. -----

Mais uma vez, pretende deixar uma reflexão relacionada com as questões de saúde, referindo-se aos dados mais recentes no âmbito local, nacional e europeu. -----

Referiu, assim, que os portugueses suportam uma das maiores percentagens da Europa, em gastos em saúde, onde a média dos gastos diretos é de 12% a 13%, e que em Portugal ronda os 25% a 27%, porque frequentemente as despesas em saúde saem do próprio bolso do contribuinte, devido à fragilidade do sistema de saúde público, sendo que, em Vale de Cambra, o impacto é ainda mais sentido, com o recorrente uso das consultas privadas ou deslocações demoradas e consequente

2026.04.27

perda de tempo, por falta de resposta nas urgências em Vale de Cambra, situação mais agravada nas freguesias mais afastadas do centro, que compara com as do Concelho de Arouca, que pertence à mesma ULS, a de Entre o Douro e Vouga, onde foram reforçados os serviços com Unidades Móveis de Saúde e telemonitorização de doentes crónicos, investimentos feitos por recurso ao PRR, frisando que, em termos de características geográficas, este e outros territórios se assemelham.

Por isso, questiona o motivo de Vale de Cambra não ter o mesmo nível de investimento em saúde que outros Concelhos também situados entre montanhas, pedindo esclarecimentos sobre as medidas tomadas em conjunto com a ULS para atrair investimento para o Concelho, fundos do PRR destinados à saúde em Vale de Cambra em 2025-2026, uma vez que o Concelho está a ser deixado para trás em termos de investimento. -----

Considera que as falhas no acesso à saúde representam uma forma de exclusão social, defendendo que o serviço de urgência básico é essencial para a sobrevivência económica e física da população, questionando se a Câmara Municipal já avaliou os custos suportados pelas famílias pela ausência das urgências e, se já apresentou essa informação ao Ministério da Saúde, como base para a criação de um Serviço de Urgência Básico (SUB) em Vale de Cambra ou se já foi equacionado um modelo alternativo de funcionamento, como uma parceria ou uma USF de modelo C, semelhante ao que já existe noutras regiões, defendendo que o Concelho não pode continuar à espera de soluções, sendo urgente, agora, evitar estratégias de empobrecimento no futuro. -----

Disse ter na sua posse um dossier com o Relatório sobre o Acesso a Cuidados de Saúde, cuja capa tem vários hospitais desta região, exceto o de Vale de Cambra, pormenor que considera ser um sinal de desvalorização do Concelho, deixando este



alerta, já que no seu conteúdo, as referências feitas às reclamações, elogios e sugestões não permitem outras conclusões. -----

Termina defendendo a necessidade de reforçar o Serviço de Urgência, propondo um modelo mais estruturado, com capacidade de estabilização e funcionamento 24 horas. -----

- **José Pinheiro** cumprimentou todos os presentes e os que assistiam à sessão online.

Afirmou defender a continuidade de investimentos na área da saúde e, no seguimento da intervenção do Deputado Municipal Albino Almeida, disse ter sido instalada no Centro de Saúde de Vale de Cambra, com recurso a fundos do PRR, a Sala Snoezelen, destacando-a como uma resposta municipal destinada a promover relaxamento, estimulação sensorial e bem-estar, que, dinamizada por profissionais especializados para garantir um ambiente adequado e seguro, é utilizada por idosos sinalizados pelas IPSS, crianças e jovens com deficiência, alunos do Agrupamento de Escolas do Búzio e utentes do Centro de Saúde, tendo havido um feedback muito positivo, questionando o atual Presidente da Câmara Municipal, como decorre atualmente o uso dessa Sala.-----

Frisando que a importância do funcionamento de uma estrutura conta mais do que a sua construção, deu nota do impacto cultural e social que o Centro de Artes e Espetáculos teve neste seu primeiro ano, durante o qual foram realizados 59 eventos, vários espetáculos esgotados, recebidos cerca de 12.927 espectadores, tanto locais como nacionais e mesmo internacionais, registando uma taxa média de ocupação de 63%, considerando que estes são fatores que contribuem para a fixação de famílias e jovens. Deu, a exemplo, o envolvimento dos mais novos nas atividades culturais, através da criação de um Grupo de Teatro Juvenil com 15 participantes, porque agora não têm necessidade de se ausentarem de Vale de Cambra, prestando este

2026.04.27

empreendimento, também, um serviço educativo que envolve escolas, associações e artistas locais, com mais de 500 participantes em projetos artísticos. -----

Referiu-se à realização do 2.º Encontro Nacional de Canto a Vozes, que reunirá cerca de 540 participantes de Grupos de todo o país e contribuirá para a valorização de um património cultural e imaterial nacional em processo de candidatura à UNESCO. -----

Frisou que “ainda agora começou” e, já se afirmou como uma referência cultural nacional, permitindo futuras candidaturas à Direção Geral das Artes para apoios financeiros, integrando redes culturais, sendo um equipamento que tem impacto positivo na economia local, cria hábitos culturais e dinamiza o turismo, comércio e restauração, questionando o Sr. Presidente da Câmara sobre a continuidade desta dinâmica cultural. -----

- **Célia Tavares** cumprimentou todos os presentes e os que assistiam à sessão online.

Deu início à intervenção, questionando a razão de não delegar no Vereador do PS, Nelson Martins, a função de ajudar nestas questões da Saúde, o que poderia ser interessante face à preocupação do Grupo Municipal do PS com a área, a qual também considera uma prioridade essencial para a população.-----

Face ao referido em anterior intervenção, sobre o contributo do Centro de Artes e Espetáculos para a fixação de jovens e famílias no Concelho, ideia que a surpreendeu, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que dados tem quanto ao número de famílias e jovens que se terão fixado em Vale de Cambra neste primeiro ano de funcionamento do CAE. -----

Felicitou a qualidade dos eventos realizados no âmbito das Comemorações do 25 de Abril'74 no Concelho, destacando o equilíbrio entre solenidade institucional, a participação da comunidade e a valorização cultural, e a forma como promoveram a reflexão sobre os valores da Revolução e como foram integrados todos os momentos simbólicos, enaltecendo o papel da Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal na



organização de um programa coeso, plural e adequado à importância da data, com destacada participação e mobilização de várias instituições locais, agentes culturais, incluindo os Bombeiros Voluntários e a Sociedade Artística Banda de Vale de Cambra, sendo, o contributo de todos, considerado essencial para o sucesso das celebrações, que, em sua opinião, ultrapassa a questão dos respetivos custos . -----

Conclui, afirmando que as comemorações marcaram um fim-de-semana extraordinário, um verdadeiro jus ao 25 DE ABRIL'74, com participação cívica num espírito de abril, que continua presente e ativo no Concelho de Vale de Cambra. -----

A Sr.ª Presidente da Mesa deu por findas as intervenções dos Deputados Municipais, para que fossem prestados esclarecimentos solicitados. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, André Martins Silva cumprimentou os presentes e todos os que assistiam à sessão online e iniciou a sua intervenção agradecendo o comportamento institucional de todos os Grupos Municipais nos eventos das Comemorações do 25 de Abril, destacando o respeito e a dignidade demonstrados num momento histórico particularmente bonito e muito positivo, frisando que esse nível de respeito nem sempre se verificou em anteriores ocasiões. --

Das comemorações do 25 de Abril, deu especial relevo à apresentação do livro “A Guerra do Ultramar e os Combatentes de Vale de Cambra”, obra literária que considera um ato de justiça, reconciliação e valorização da memória de quem partiu de Vale de Cambra para combater na Guerra do Ultramar, elogiando o trabalho notável do autor, Prof. Martinho de Almeida, na recolha de testemunhos, fotografias e vários documentos de muitos combatentes, como o seu pai, os quais espelham a vivência pessoal e a transformam em património de Vale de Cambra. -----

Disse ter apoiado, de imediato, o projeto da execução do Livro apresentado pela Associação Alberto Bastos, aprovando-se o apoio pela Câmara Municipal tanto com o financiamento, que permite a distribuição do livro a mais de 1300 combatentes ou

2026.04.27

seus familiares diretos, como com o apoio logístico, disponibilizando o espaço para o seu lançamento, bem como os recursos humanos necessários. -----

Face às observações da Deputada Municipal Célia Tavares e, complementando a intervenção do Deputado Municipal, José Pinheiro, deu nota da dinâmica social e cultural de Vale de Cambra, trabalho do qual tem orgulho e tem desenvolvido, nos últimos quatro anos, em articulação com a Vereadora Mónica Seixas e, por não ser possível abranger tudo o que aconteceu desde a última Assembleia Municipal, disse que apenas iria mencionar alguns eventos dos últimos 15 dias de atividade no Concelho. Referiu-se à realização de três sessões de alimentação saudável e de nutrição, na Biblioteca Municipal, duas festas de futebol feminino com mais de 500 participantes, caminhadas de lazer e com cariz ambiental dados os trabalhos de limpeza dos rios Viges e Caima, espetáculos no CAE de Rodrigo Leão e JP Simões entre outros, o primeiro teatro jovem comunitário de Vale de Cambra com 15 jovens, sessões semanais de teatro do Festival Entrai em todas as freguesias, promoção do Dia Internacional do Livro em parceria com a Associação de Paraduça, que parabeniza pelo evento, a promoção da Broa de Paraduça, o torneio de minibásquete em parceria com a ACR-Associação Cultural e Recreativa, com centenas de crianças. Depois, foram abertas as piscinas municipais, com os domingos ativos e gratuitos, foi celebrado o 25 de abril de 1974 com as cerimónias das quais já têm conhecimento. -----

Face a esta pequena mostra que reflete 15 dias, referiu que Vale de Cambra tem atualmente uma vasta oferta de atividades com qualidade, que se traduz em conhecimento, desenvolvimento e qualidade de vida para todos, motivo de orgulho para os Valecambrenses. -----

Sobre as questões relativas a obras viárias, destacou a requalificação da estrada Paraduça-Cabrum, um compromisso antigo e uma intervenção importante para melhorar a mobilidade e segurança naquele lugar e não só, em todo o território de



Vale de Cambra, onde estão previstas várias obras de pavimentação, execução que é condicionada pela falta de recursos humanos, conforme foi comunicado aos Presidentes de Junta em reunião, onde foram discutidas prioridades de intervenção, tendo sido recentemente pavimentadas ruas em S. Pedro de Castelões, tendo a última sido a Rua Rui Filipe, bem como em Santo Aleixo, Pintalhos, Macieira de Cambra, além de outras previstas em várias freguesias, que se vão fazendo dentro das possibilidades. -----

Relativamente à “Linha de ocorrências” criada após as intempéries de fevereiro, deu nota de que, entre 10 de março e 20 de abril, foram registadas 224 ocorrências na via pública, algumas reportadas através dos serviços municipais e Forças de Segurança, considerando-se esta Linha, um meio rápido e eficaz para comunicar problemas, havendo casos mais simples que são rapidamente resolvidos e representam, neste momento, 50% das participações, sendo que, as participações relacionadas com danos em pavimentos fruto das intervenções para ligações ou ruturas de água e saneamento demoram mais tempo, mas estão registadas e serão resolvidas. -----

Sobre um episódio considerado desconfortável ocorrido no CAE durante a apresentação do livro sobre a Guerra do Ultramar e os Combatentes de Vale de Cambra, informou que a Câmara Municipal tinha o dever de se associar ao evento porque se tratava de parte da história de Vale de Cambra, além de que se impunha garantir a dignidade e qualidade do mesmo. Contudo, desde o início da preparação da cerimónia se verificou que não se estava a pensar adequadamente quanto ao espaço pretendido, face ao número de convidados, pelo que, da inicial Biblioteca Municipal, se passou para o Centro Cultural de Macieira de Cambra e, por fim, para o Centro de Artes e Espetáculos, que tem lotação limitada e não se pode ultrapassar. Por conhecimento do elevado número de pessoas com interesse em assistir à cerimónia, foi sugerida a preparação do Pavilhão Municipal, o que exigiria um esforço acrescido, o qual a Câmara Municipal estava disposta a fazer para que se efetivasse a

2026.04.27

apresentação e comportaria a totalidade dos convidados previstos, mas, essa solução foi recusada pela organização. Assim, para minimizar problemas, face à longa experiência na organização de eventos, além do CAE, a Câmara Municipal preparou mais dois espaços para acolher os restantes convidados após lotação do CAE e foi aí que se registou o desconforto e algumas situações de tensão, por rejeição da hipótese de não assistir ao evento dentro do CAE. Apesar da responsabilidade não ser da Câmara Municipal, que sugeriu um local mais espaçoso e facultou todo o apoio, pediu desculpa a quem não conseguiu assistir, frisando que, apesar de tudo, ao evento não foi retirada a grandeza, a beleza e o sucesso do que se previa ser um momento extraordinário que homenageou mais de 1300 combatentes pelo serviço prestado no Ultramar. -----

Deixou uma nota de reparo às pessoas que confirmaram a sua presença no evento, incluindo alguns eleitos políticos, que não desmarcaram e não compareceram à cerimónia, prejudicando a presença de ex-combatentes no lugar, deixando, de forma vergonhosa, cadeiras vazias. -----

Sobre a sessão desta Assembleia Municipal ser transmitida online, disse ser importante por garantir a transparência e o acesso à informação a todos os munícipes, permitindo que acompanhem os trabalhos, mesmo sem estarem presentes, sendo os custos suportados pelo Orçamento da própria Assembleia Municipal. -----

Sobre o projeto do Ecocentro, informou que, após o desconforto demonstrado pelos habitantes de Macieira de Cambra quanto à sua localização, foi criada uma equipa para avaliar alternativas, existindo já algumas possíveis localizações, mas ainda não há uma decisão final. -----

Quanto ao Estádio Municipal e ao Campo Sintético n.º 2, património da Câmara Municipal, referiu que ambos foram incluídos numa candidatura ao PT2030 para a



A

respetiva requalificação, tendo o Estádio Municipal sido adjudicado a uma empresa, estando em curso o concurso do segundo campo, prevendo-se melhorias consideráveis em ambos os equipamentos.-----

Esclareceu que o terreno sito junto ao Jardim de Infância, na Zona Industrial de Lordelo/ Codal pertence a um privado, não tendo sido apresentado na Câmara Municipal, qualquer projeto de implantação de indústria no local, o que, a ocorrer, será devidamente avaliado e ponderado, tendo em conta a atividade a desenvolver, apesar de se saber que existem casos em que isso acontece, como o da Escola de Vila Chã que tem uma empresa ao lado, sem terem surgido quaisquer problemas. Mais disse, que a seu tempo tudo seria analisado, como o é em qualquer território, tendo como prioridade o melhor interesse de Vale de Cambra e da sua população, incluindo o desenvolvimento e a proteção dos cidadãos, sendo as decisões tomadas pela Câmara Municipal com base nestes princípios, sabendo-se que nem sempre se pode agradar a todos. -----

Sobre a canalização da água em Vila Chã, em ferro, respondeu ter obtido informação de que seriam substituídos os tubos em alguns locais, como na Rua da Póvoa. -----

Sobre as empresas que eventualmente podem vir a trabalhar em razão do que foi a visita do Sr. Ministro da Defesa, informou que atualmente se encontram em processo de certificação, duas empresas que poderão trabalhar para um fornecimento direto, além de outras que também já se mostraram interessadas em fazer parte de uma linha de fornecimentos, tendo a Câmara Municipal um Gabinete de Apoio ao Empresário, que neste momento trabalha com as empresas, de forma a agilizar o desenvolvimento desses processos. -----

Sobre a questão do Martins & Rebello, informou que o projeto de execução está concluído e a candidatura submetida à CCDD, aguardando-se ainda resposta e definição do financiamento, e que, havendo qualquer nova informação, a mesma seria

2026.04.27

partilhada. Sugeriu uma visita ao imóvel e consulta do projeto, para que os Deputados Municipais possam conhecer melhor a intervenção planeada. -----

Sobre a obra na estrada de acesso ao Barbeito, informou que houve confusão entre o por si referido e o escrito na ata da última sessão, porque afirmou que seria realizada primeiro a intervenção no estradão pela REN, que deveria estar concluída, previsivelmente, no verão, e que, a Câmara Municipal só iniciaria a sua intervenção, após a conclusão desses trabalhos, embora os prazos pudessem variar devido a possíveis atrasos. Referiu já ter falado com um dos moradores, sendo a intenção evitar o início das obras no inverno por razões técnicas e de segurança, pelo que, o início deverá ocorrer na primavera, caso estejam reunidas as devidas condições, conforme compromisso assumido na última sessão. -----

Sobre a intervenção feita sobre educação e o bullying, defende que Vale de Cambra, na área da educação, é uma referência, afirmando que essa perceção só não é reconhecida por quem desconhece a realidade do Concelho e a de outros municípios. Disse ser excelente, a qualidade do corpo docente e dos recursos humanos, referindo ainda que o Parque Escolar está totalmente requalificado, ao contrário do que acontece noutros Concelhos da região, onde existem escolas com necessidades estruturais, o que em Vale de Cambra não acontece.

Acrescentou que em mandatos anteriores, se investiu nas pessoas e nas crianças, mesmo sem resultar em obras visíveis de grande impacto mediático, pois que, o investimento em educação vai muito além de obras físicas, destacando que a Câmara Municipal de Vale de Cambra investe mais de um milhão de euros por ano, em Fichas de Estudo, em Bolsas de Estudo, outros materiais escolares e projetos educativos, além de iniciativas de promoção da atividade física desde o pré-escolar, sessões de sensibilização sobre temas diversos, incluindo o bullying e o envolvimento de várias equipas educativas e técnicas no acompanhamento dos alunos. -----



A

Reconhece que o bullying é um problema complexo e difícil de gerir e informou que existem equipas especializadas no Concelho para dar resposta, embora admita que, pelo número elevado de alunos, nem todas as situações possam ser resolvidas de imediato. -----

Por estar em causa a educação, o Sr. Presidente deu a palavra ao Vereador do pelouro, Nelson Martins. -----

No uso da palavra, o Vereador agradeceu a possibilidade de intervir sobre o tema, reconhecendo a importância do tema “bullying”, um problema real e visível em vários contextos, como em escolas e em muitas instituições e até mesmo quando se é impedido de usar da palavra. (Foi neste momento feito comentário impercetível por um Deputado Municipal do PPD/PSD, quanto ao uso da palavra pelo Vereador). -----

Continuando, disse que dada a sua experiência, enquanto profissional defende que não se deve permitir que quem pratica bullying consiga perpetuar esse comportamento de humilhar os outros, que não deve ser tolerado, apesar do difícil combate, mas deve começar pela proteção das vítimas, que muitas vezes sofrem em silêncio, com consequências graves. -----

Afirmou que o município tem desenvolvido várias iniciativas, como o projeto RAÍZES, tem sido feito o reforço de psicólogos, em articulação com o Agrupamento de Escolas, com a colaboração com Associações de Pais, embora considere que ainda há muito a fazer. -----

Existem ações de sensibilização e formação contínua para o pessoal não docente e algum apoio na formação dos docentes, mesmo não sendo da competência direta do município. Destacou as iniciativas no âmbito da educação para a cidadania, pelas quais foram distribuídos jogos pedagógicos que promovem o respeito e os valores da Constituição, com o objetivo de sensibilizar crianças e jovens desde cedo. Contudo, e apesar do trabalho do Município no apoio psicológico e na proteção das vítimas, o

2026.04.27

combate ao bullying deve começar em casa, através da prevenção de comportamentos de violência ou humilhação, reforçando que este problema nunca deve ser silenciado.

A Sr.ª Presidente da Mesa agradeceu a intervenção sobre o tema, garantindo que ninguém cortou a palavra ao Vereador, sendo por vezes emitidos comentários pelas bancadas, permitidos, se dentro da boa educação, não podendo deixar de acrescentar que o assunto é importante, especialmente por terem familiares em idade escolar, pois é um fenómeno crescente no Concelho, no país e no mundo, e existe uma enorme importância em fomentar ações de sensibilização e alertas nos discursos dos eleitos para informar a comunidade. -----

De seguida voltou a dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

No uso da palavra, responde a questões sobre a saúde, afirmando que a Câmara Municipal tem vindo a investir significativamente no setor e a procurar reforçar os serviços de saúde no Concelho, reconhecendo que o objetivo foi sempre ter um serviço de urgência disponível 24 horas, embora isso ainda não tenha sido possível, apesar de reuniões tidas com a administração da ULS. -----

Disse haver vários investimentos em curso, incluindo obras no Edifício do Centro de Saúde e a requalificação dos Polos de Saúde em Arões, Macieira de Cambra e Junqueira, afirmando que, em Vale de Cambra, praticamente toda a população tem médico de família, o que se pode considerar motivo de orgulho. -----

Destacou também as melhorias em curso no Centro de Saúde, incluindo a criação de novas valências, como na área da reabilitação e fisioterapia, uma Sala de TAC, colheita, além de serviços já existentes, como Dentista, e ainda o Gabinete de Podologia que se encontra pronto para funcionar. -----

Referiu ainda o esforço da Câmara Municipal em acompanhar a gestão da ULS, realizando reuniões com os responsáveis, pressionando para a continuidade dos compromissos assumidos, frisando que também têm feito visitas regulares aos Polos



de Saúde, inclusive, estando em constante diálogo com a nova médica reforçando sempre o apoio à melhoria das condições de trabalho e dos serviços prestados à população, havendo uma atenção contínua e quase semanal às questões da saúde em Vale de Cambra. -----

Sobre a sugestão feita na intervenção da Deputada Municipal Célia Tavares, sobre a possível troca da delegação feita na área da saúde noutro Vereador, defende que o desempenho da atual responsável pelo pelouro tem sido muito positivo, nomeadamente na gestão da transferência de competências e que continuará a lutar pela melhoria contínua dos serviços de saúde, elogiando a competência de todo o executivo, afirmando que, não só o Vereador Nelson Martins, mas qualquer um dos seus membros, teria capacidade para desempenhar as funções. -----

Deixou ainda uma palavra de elogio ao trabalho em equipa do Executivo Municipal, afirmando que este atua em benefício de Vale de Cambra, acima de interesses partidários, estando todos focados diariamente no trabalho por Vale de Cambra. -----

A Sr.ª Presidente da Mesa referiu ser um tema recorrente, o da saúde, propondo em nome da Mesa a realização de uma sessão temática, dedicada à saúde, para aprofundar o debate sobre o trabalho do Executivo Municipal e ouvir representantes da ULS e outros responsáveis, para que se possa abordar tanto a saúde física como a saúde mental, considerada uma preocupação essencial e transversal para toda a comunidade. -----

Pedindo a palavra, o Sr. Presidente da Câmara manifestou concordância e disponibilidade para articular com a Administração da ULS, a realização da sessão extraordinária da Assembleia Municipal, permitindo que todos possam apresentar questões pertinentes com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos Valecambrenses. -----

2026.04.27

Pedindo a palavra para defesa da honra, a Deputada Municipal Célia Tavares pediu rigor e seriedade nas intervenções na sessão, esclarecendo que nunca afirmou que a Vereadora com o pelouro da Saúde deveria ser substituída por outro Vereador, acusando o Sr. Presidente da Câmara Municipal de lhe atribuir declarações que não fez e apela a que haja mais cuidado e fidelidade na interpretação das intervenções dos membros daquele órgão. -----

Não havendo mais intervenções, a Sr.ª Presidente da Mesa deu por findo o Período de Antes da Ordem do Dia. -----

De seguida, referiu ter recebido um ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de 21 de abril de 2026, onde é pedido o agendamento ao abrigo do n.º 2 do artigo 50 do RJAL, do seguinte assunto: -----

“Apoio à União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho: Marcha Popular de St.º António” -----

Colocado o agendamento à consideração do plenário, foi este agendamento aprovado por unanimidade, ficando a constar na Ordem de Trabalhos para apreciação com o n.º 11. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1

MOÇÃO PELA VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DAS "PEDRAS PARIDEIRAS" NO Concelho DE VALE DE CAMBRA – PROPOSTA DO GRUPO MUNICIPAL DO PPD/PSD:-----

“A Serra da Freita é amplamente reconhecida não apenas pela sua singular beleza paisagística, mas sobretudo pelo seu património geológico de exceção. Entre os seus diversos tesouros, destacam-se as Pedras Parideiras, um fenómeno geológico único no mundo, classificado como geossítio de relevância internacional no âmbito do



Arouca Geoparque Mundial da UNESCO, reconhecido pela UNESCO, facto que reforça a responsabilidade acrescida na sua valorização e promoção. -----

Cientificamente designado como «granito nodular da Castanheira», este fenómeno consiste numa rocha granítica que encerra nódulos biofísicos que, por ação da erosão e do desgaste natural, se destacam da rocha-mãe, dando origem à designação popular "pedras que pariram pedras". -----

Importa ainda sublinhar que este afloramento geológico se estende por uma área aproximada de 1 km², abrangendo os Concelhos de Arouca e de Vale de Cambra, sendo que a maior mancha e o maior aglomerado deste fenómeno se situam em território de Vale de Cambra. -----

Contudo, apesar desta realidade geográfica, científica e institucional, verifica-se uma significativa assimetria na comunicação e promoção turística deste património, sendo frequentemente associado quase exclusivamente ao Concelho de Arouca, com insuficiente visibilidade do contributo e da localização em território de Vale de Cambra. -----

Considerando que: -----

- É dever do Município salvaguardar, promover e valorizar os seus ativos naturais; -----
- O património geológico constitui um fator diferenciador de afirmação territorial e de desenvolvimento turístico sustentável; -----
- A promoção das "Pedras Parideiras" deve traduzir-se numa valorização equilibrada dos territórios envolvidos; -----

A Assembleia Municipal de Vale de Cambra delibera: -----

Recomendar à Câmara Municipal de Vale de Cambra que: -----

1. Reforce a estratégia de comunicação institucional, integrando de forma clara e assertiva as Pedras Parideiras nos meios de divulgação da autarquia (site oficial,

2026.04.27

redes sociais, roteiros e materiais turísticos), assumindo este fenómeno como património distintivo do Concelho; -----

2. Valorize e potencie o Centro Interpretativo da Serra da Freita, promovendo a criação e dinamização de um espaço expositivo dedicado às Pedras Parideiras, bem como a implementação de rotas e atividades que valorizem o aglomerado localizado em território cambrense; -----

3. Diligencie a integração do aglomerado situado no Concelho de Vale de Cambra na rede de Percursos Pedestres de Vale de Cambra, seja através da criação de novas rotas ou do reordenamento das existentes, garantindo a sinalética e promoção institucional do lugar como património cambrense. -----

4. Estabeleça contactos institucionais com o Município de Arouca, com vista à definição de uma estratégia concertada de valorização e promoção das Pedras Parideiras, garantindo uma representação justa e equilibrada do território de Vale de Cambra nos conteúdos e instrumentos de divulgação. -----

5. Recomende ao Turismo de Portugal, IP e à Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal que procedam à valorização efetiva das Pedras Parideiras nas suas estratégias de promoção turística, corrigindo a atual insuficiente visibilidade do território de Vale de Cambra. -----

6. Recomende à Assembleia da República que promova a valorização e divulgação das Pedras Parideiras enquanto património geológico de relevância nacional, assegurando a sua integração em políticas públicas de turismo, ciência e educação, com referência expressa à sua localização também no Concelho de Vale de Cambra.”

O ponto foi apresentado pelo Deputado Municipal do Grupo Municipal do PSD, Vítor Pinho. -----

A Sr.ª Presidente da Mesa deu a palavra aos Deputados Municipais. -----

- Albino Almeida-----



Concorda com a valorização da Serra da Freita e das Pedras Parideiras, mas tem dúvidas quanto ao que se pretende fazer, tendo em conta o que já está feito. -----

Apesar de Valecambrense de gema, frisou, e de saber que as Pedras Parideiras também pertencem a Vale de Cambra, considera que o reconhecimento do território deve ser alcançado pela cooperação, devendo existir cautela e serenidade na abordagem da questão, evitando atitudes excessivamente exigentes que possam prejudicar a relação com o município de Arouca, que liderou o projeto em 2012, valorizou o Geoparque e teve um papel importante na afirmação científica e turística deste património, havendo sim, a necessidade de cooperação entre os dois Concelhos, lamentando que Vale de Cambra não tenha maior destaque e reconhecimento, os quais poderá gradualmente vir a conquistar. -----

Arouca realizou um investimento estruturante significativo na valorização das Pedras Parideiras, assumindo sozinho a gestão, manutenção, vigilância e classificação do local como monumento natural, e, Vale de Cambra poderia ter participado mais ativamente, mas sim, no passado, pelo que, agora, deve-se assumir uma postura não reivindicativa, cautelosa e cooperante, respeitando o trabalho e investimento feitos por Arouca sob a chancela da UNESCO. -----

Reconhece que Vale de Cambra já começou a afirmar-se nesta zona, nomeadamente com o Centro Interpretativo da Serra da Freita, inaugurado em 2024, existindo já alguma centralidade na Serra da Freita através do investimento nessa infraestrutura e do novo plano estratégico de marketing e turismo criado, que já prevê a integração digital e promocional de todo o património, considerando que deve existir cooperação com Arouca na valorização das Pedras Parideiras, em vez de disputa, dinamizando a região com o que já existe e foi recentemente valorizado. -----

Por respeito ao investimento e ao trabalho já realizado pelo Município de Arouca, pelo respeito pelo investimento público, pela memória política do acordo então feito e

pela confiança em nós depositada, não poderá, o GM do PS, votar a favor da proposta, optando por se abster. -----

- José Pinheiro citou a seguinte intervenção: -----

“O CDS defende em qualquer circunstância a proteção, conservação e valorização do património do Município de Vale de Cambra, seja ele património material ou imaterial, natural, cultural ou outro. O afloramento das pedras parideiras partilhado geográfica e administrativamente pelos municípios de Arouca e Vale de Cambra não é exceção. Este sítio de interesse geológico hoje classificado como património mundial da UNESCO no âmbito do Arouca Geoparque encontra-se valorizado ao mais alto nível, sendo que, desta valorização retiram benefícios não só o Município de Arouca, mas também os municípios de Vale de Cambra e São Pedro do Sul, partilham entre si a área correspondente à Zona Especial de Conservação da Rede Natura 2000, Serras da Freita e Arada.” -----

Considera, assim, que ambos os municípios beneficiam desta valorização e recorda que, no passado, quando o executivo em funções era do PSD e tinha como Vereadora em funções a atual Presidente da Assembleia Municipal, a instalação de infraestruturas no local foi aceite sem contestação. -----

Referiu que o CDS defende uma estratégia de valorização do património geológico e turístico baseada na cooperação entre municípios e numa visão integrada e sustentável do território, rejeitando uma perspetiva “paroquial” ou de conflito entre Vale de Cambra e Arouca. Desde 2013, Vale de Cambra integra o projeto “Montanhas Mágicas”, no âmbito da Carta Europeia do Turismo Sustentável, juntamente com outros municípios do Norte e Centro do país, promovendo uma estratégia conjunta de desenvolvimento turístico e, nesse contexto, foi estudada a possibilidade de alargar o Arouca Geoparque aos restantes municípios das Montanhas Mágicas, tendo sido identificados vários geossítios em Vale de Cambra, incluindo as Pedras Parideiras. ----



O GM CDS/PP sublinha a importância de valorizar este património sem comprometer parcerias regionais, nacionais e internacionais já estabelecidas, respeitando também o trabalho desenvolvido por entidades parceiras e a classificação UNESCO associada ao Geoparque. Considera ainda, inadequado fundamentar posições em informações de sites não oficiais e propõe reforçar a cooperação entre Vale de Cambra e Arouca, através de ações conjuntas de promoção turística e educativa, envolvendo os centros interpretativos da região. Defende ainda que a promoção turística deve ser coordenada por entidades competentes, como o Turismo do Porto e Norte e o Turismo de Portugal, considerando desadequado envolver a Assembleia da República nesta matéria.-----

Por fim, disse que durante os mandatos do CDS/PP foi realizado investimento pelo Município de Vale de Cambra em projetos turísticos e de valorização do território — como trilhos, centros interpretativos, rotas e miradouros — e conclui que o mais importante é unir esforços para criar um território atrativo e competitivo, acima das divisões geográficas entre municípios.-----

Pedindo a palavra, o Deputado Municipal Vítor Pinho frisou que a Moção foi feita no sentido do referido no título, que cita “VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO”, sem qualquer intenção de apurar de quem são, mas sim promover também e valorizar as pedras parideiras sem transformar o assunto numa disputa territorial ou numa tentativa de atribuir responsabilidades históricas, sendo o objetivo, proteger e promover o património existente, reconhecendo que este tem origem muito antiga e foi gerido por vários executivos ao longo do tempo. -----

Rejeita a alusão de que a informação se baseia em fontes pouco relevantes, afirmando que os geoportais oficiais identificam claramente a localização do território. -----

A razão da apresentação da Moção, tem por base a ideia de que deve haver cooperação entre os municípios de Vale de Cambra e Arouca para definir uma

2026.04.27

estratégia conjunta de valorização das “pedras parideiras”, assegurando uma representação equilibrada do território sendo esta, apenas, uma recomendação que não cria obrigações, pelo que não justifica conflitos ou “guerras” entre municípios, mas sim, um reforço na promoção do património, através do site do município ou nos materiais do Centro Interpretativo da Serra da Freita, com documentos que encaminhem os visitantes para o local e valorizem o recurso existente. -----

Disse ter feito uma visita ao Centro Interpretativo e não ter encontrado referência às “pedras parideiras”, bem como, na informação de um percurso (PR) que passa muito perto do geossítio, mas não o inclui como ponto de visita, podendo haver essa referência. -----

A intenção não é apontar culpados, frisou, mas sim olhar para o futuro e aproveitar melhor o potencial turístico existente, valorizar o que está no território sem conflitos ou disputas, considerando negativo não afirmar devidamente o património local. Rejeita a ideia de “guerras” entre entidades e frisa novamente que bastava reconhecer a existência das “pedras parideiras” como um fenómeno importante e que deve ser valorizado e promovido. -----

O Deputado Municipal deu a conhecer o livro “A lenda das pedras parideiras” escrito por Isabel Gonçalves, e, como forma simbólica de divulgação cultural e valorização das tradições locais, quis deixar, como oferta, aos Presidentes da Mesa e da Câmara Municipal -----

- Armando Pina -----

Disse concordar com as palavras do Deputado Municipal Albino Almeida, elogiando tanto a proposta do PSD para valorizar as pedras parideiras, como o facto do Chega se ter candidatado em Vale de Cambra. Acrescentou que as intervenções nada acrescentam pois há somente uma troca de acusações entre partidos sobre quem, ao



longo dos anos, fez ou não fez, considerando que o debate tem ficado preso a essas disputas políticas. -----

No uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara afirmou que existe consenso quanto à importância de promover e dinamizar o fenómeno das pedras parideiras entre os municípios envolvidos e, apesar de compreender o conteúdo da Moção, esclareceu que esse trabalho conjunto devia ter começado em 2012, quando Arouca assumiu a promoção do fenómeno, e nessa altura, Vale de Cambra nada fez, não desenvolveu ações significativas de promoção das suas montanhas até 2013, altura em que, no mandato do ex-Presidente José Pinheiro, começou a ser estruturada essa divulgação. Entretanto, Arouca já liderava a promoção das pedras parideiras desde 2012. Mais tarde, houve uma articulação conjunta no âmbito da promoção territorial, associada à ADRIMAG e aos sete municípios envolvidos, até à criação do Centro Interpretativo da Serra da Freita, em maio de 2024, havendo já, desde 2021, “A Casa da Broa de Paraduça” além da “Rota da Água e das Pedras das Montanhas Mágicas”, desde 2013. O projeto intermunicipal das Montanhas Mágicas, é promovido no território através da Grande Rota das Montanhas Mágicas, em caminhada, BTT e cicloturismo; em relação aos percursos pedestres, existiam apenas três em 2012 e nenhum estava homologado, processo que começou em 2016 existindo, atualmente, oito percursos. Estes, juntamente com a Grande Rota e a Freita Vertical, têm manutenção anual da sinalética e da limpeza. Em 2025 foi ainda lançado um novo mapa turístico de Vale de Cambra com todas as rotas e zonas de lazer incluídas. -----

Esclareceu ainda que as pedras parideiras estão diretamente ligadas ao Arouca Geoparque, sendo importante a cooperação, construir um território apelativo, independente das linhas geográficas que separam os Concelhos.

A Assembleia Municipal, com doze abstenções dos GM do CDS/PP e do PS e catorze votos a favor, dos GM do PPD/PSD e CHEGA, deliberou, por maioria dos

2026.04.27

vinte e seis membros presentes, aprovar a Moção pela Valorização e Promoção das "Pedras Parideiras" no Concelho de Vale de Cambra, e remeter à Câmara Municipal, as respetivas recomendações. -----

(Encontrava-se ausente, na votação do ponto1, o Deputado Municipal, Baltasar Almeida Lages).-----

PONTO 2

MOÇÃO PELA VALORIZAÇÃO, SALVAGUARDA E PROMOÇÃO DA ALDEIA DA RIBEIRA (CEPELOS) – PROPOSTA DO GRUPO MUNICIPAL DO PPD/PSD: -----

“Na margem direita do rio Caima, a jusante da imponente cascata da Frecha da Mizarela, resiste a secular e recôndita Aldeia da Ribeira. Este aglomerado, de características únicas, constitui um testemunho vivo da resiliência humana e da simbiose entre o homem e a montanha. Até há poucos anos, a presença de habitantes garantia a manutenção de campos em socacos que conferem à paisagem um cunho humanizado de singular beleza e valor antropológico. -----

A riqueza patrimonial da Aldeia é evidente nos seus moinhos de água, que outrora asseguravam a subsistência das populações do planalto, e na sua arquitetura vernácula, construída com materiais endógenos que se fundem harmoniosamente com a envolvente natural. -----

Contudo, a Aldeia da Ribeira enfrenta hoje um paradoxo geográfico e administrativo. Apesar de integrar a freguesia de Cepelos, no Concelho de Vale de Cambra, o seu único acesso atual é feito através do Concelho de Arouca. Esta dependência física faz com que a Aldeia seja frequentemente percecionada como parte integrante do Concelho vizinho, integrando, inclusive, percursos pedestres da rede de Arouca (como o PR7-Nas Escarpas da Mizarela), enquanto o nosso Concelho permanece ausente da sua gestão e usufruto. -----



Atualmente, após o falecimento dos últimos residentes, a Aldeia encontra-se em avançado estado de abandono, sendo progressivamente consumida pela vegetação silvestre. A degradação dos acessos e das estruturas exige uma intervenção urgente, sob pena de perda irremediável deste património histórico e paisagístico. -----

Considerando o enorme potencial turístico da Aldeia da Ribeira (localiza-se poucas centenas de metros após a cascata da Frecha da Mizarela) e a necessidade de afirmar a soberania territorial e o desenvolvimento das freguesias "serranas" de Vale de Cambra; -----

Assembleia Municipal de Vale de Cambra delibera: -----

Recomendar à Câmara Municipal de Vale de Cambra que:-----

1. Inicie o processo de classificação da Aldeia da Ribeira como Lugar de Interesse Municipal, salvaguardando a sua traça original e prevenindo usos indevidos ou descaracterizadores do conjunto edificado.-----
2. Estude a viabilidade técnica e financeira para a criação de um acesso alternativo por Vale de Cambra (nomeadamente via Póvoa dos Chões), eliminando a atual dependência exclusiva do acesso pelo Concelho de Arouca.-----
3. Promova um estudo de valorização e reabilitação da Aldeia, envolvendo parceiros estratégicos e analisando modelos de projetos comunitários ou de empreendedorismo turístico sustentável.-----
4. Analise a implementação de um percurso estruturado "Passadiços do Alto Caima" ao longo do Rio Caima na zona alta do Concelho, ligando a Praia Fluvial de Paço de Mato à Aldeia da Ribeira, criando um polo de atração turística diferenciador para as freguesias serranas. -----
5. Diligencie a integração da Aldeia na rede de Percursos Pedestres de Vale de Cambra, seja através da criação de novas rotas ou do reordenamento das existentes,

2026.04.27

garantindo a sinalética e promoção institucional do lugar como património cambrense.” -----

A Moção foi apresentada pelo Deputado Municipal, Vítor Pinho. -----

A Sr.ª Presidente da Mesa deu a palavra aos Deputados Municipais. -----

- Albino Almeida -----

Deixou um apelo, dizendo que a moção devia ser aprovada por unanimidade. -----

Disse praticar canyoning e já ter descido por corda, até ao ponto mais baixo da Frecha da Mizarela, e ter constatado que aquele local é perigoso e, quem lá cair acaba por não sobreviver. Contudo, considera como ponto assente, que esse local, deixado ao abandono, tem de ser valorizado, pois faz parte da história de Vale de Cambra. -----

Afirmou haver lá gente a morar, inclusive uma senhora, que ficou a viver sozinha nessa aldeia, e que, sempre que via o seu grupo por ali, com todo aquele equipamento próprio do seu desporto, ficava muito contente. E conta o episódio porque, por esse território, degradado, deve ser demonstrada responsabilidade, deve ser tida uma visão estratégica em relação às freguesias serranas e que votarão favoravelmente a Moção, porque a Aldeia merece ser requalificada, pela identidade, pelo espírito construtivo e pela assunção do compromisso coletivo com o território da Aldeia da Ribeira, em Cepelos, um tesouro de Vale de Cambra, que dado o seu isolamento geográfico, por falta de acesso do lado de Vale de Cambra, tem sido remetida a um esquecimento injusto, não se podendo permitir que o Município vizinho a possa promover. -----

Mais disse que a proposta da criação do acesso via Póvoa dos Chões e a Aldeia com um percurso estruturado no Alto Caima, são passos estratégicos para fixar valor e atrair um turismo de natureza, de qualidade, que respeite a nossa arquitetura vernácula e a memória dos que ali viveram. Pela urgência da intervenção, o estado de abandono da Aldeia, exige uma classificação como lugar de Interesse Municipal para



evitar a sua degradação irreversível, para que se encontrem os meios técnicos, os financiamentos necessários à sua recuperação, para que deixe de ser um paradoxo e passe a ser um orgulho vivo de todos os Cambrenses. -----

Por último, deu nota de que a ligação da praia fluvial de Paço de Mato à Ribeira cria um eixo turístico, se calhar único, no distrito de Aveiro. -----

- José Pinheiro -----

Disse defender que Vale de Cambra deve dar maior atenção à Aldeia da Ribeira, mas alerta para possíveis conflitos com o Município de Arouca, devido à proximidade e influência deste território sobre a Aldeia. Recorda que, há alguns anos, investidores privados mostraram interesse em desenvolver um projeto no local e tanto Vale de Cambra como Arouca manifestaram disponibilidade para o viabilizar, embora Arouca tenha avisado que contestaria o assunto noutras instâncias caso o licenciamento fosse feito por Vale de Cambra. -----

Reconhece que a ligação histórica da Aldeia sempre foi mais próxima de Arouca, sobretudo porque o acesso é feito por esse lado, e admite que a Junta de Freguesia de Cepelos não a terá visitado regularmente, devido às dificuldades de acesso. -----

Ainda assim, apoia a ideia de estudar uma ligação pela Póvoa dos Chões, aproveitando um caminho florestal existente, considerando que isso poderia melhorar o acesso e trazer outras vantagens para o território, à semelhança da ligação ao Planalto da Freita pelo lado de Rôge. Considera também interessante, embora difícil, a proposta de classificar a Aldeia como lugar de Interesse Municipal. -----

Defende a procura de parceiros privados que possam apoiar o desenvolvimento da Aldeia da Ribeira e revela que a Câmara Municipal já possui um projeto para a construção de passadiços ao longo do rio Caima até à Aldeia. Considera-o um projeto ambicioso, diferenciador e muito interessante, mas reconhece que o município ainda

2026.04.27

não conseguiu obter financiamento suficiente, pelo que a execução terá de ser feita de forma faseada. -----

Relativamente à criação de percursos pedestres, entende que será uma intervenção relativamente simples, desde que articulada com trilhos já existentes ou através da sua extensão, ficando os detalhes técnicos a cargo dos especialistas. -----

Conclui afirmando que a bancada do CDS votará favoravelmente a moção, por considerar que ela cria oportunidades de desenvolvimento, embora alerte para futuras dificuldades na concretização das propostas. -----

- José Ferreira -----

Frisa ser importante a Ribeira da Castanheira, pelo aspeto histórico e cultural. Disse ter-se envolvido na promoção e valorização deste meio rural, desde 1996, através da Associação Desportiva e Cultural da Felgueira, lugar, de onde é natural e residente e onde, antigamente, os habitantes dependiam dos moinhos da Ribeira da Castanheira para moer cereais, devido à escassez de água noutros moinhos locais, existindo por isso uma relação histórica muito próxima entre os dois locais. -----

Referiu ainda que foi desenvolvido pela Associação algum trabalho para a promoção do património rural e natural da região, apesar das dificuldades iniciais em obter apoios. Disse não haver registos documentais, mas a Ribeira da Castanheira sempre teve moinhos de água ligados à Aldeia da Felgueira, tendo sido feita uma recuperação dos moinhos da Sabrosa, que apresentava algumas limitações no verão, por falta de água, tentando-se recuperar alguns antigos caminhos pedonais que ligam a Felgueira à Ribeira da Castanheira, tendo em conta o potencial turístico e patrimonial não só da Ribeira da Castanheira, mas também de outras Aldeias abandonadas do Concelho, como as Porqueiras e Berlengas. -----



Defende, assim, uma valorização mais ampla do território, frisando que eventos desportivos como o Freita Sky Running e o Freita Trekking têm contribuído para divulgar estas Aldeias, contando com apoio da Câmara Municipal. -----

Por fim, convida a população a participar no Freita Trekking, que passará pela Ribeira da Castanheira, e refere que o município já tem vindo a promover e valorizar esta zona, embora considere que ainda existe muito património a promover e desenvolver em Vale de Cambra. -----

No uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara Municipal afirmou que grande parte do tema já tinha sido abordado, destacando apenas dois pontos que considera importantes. Em primeiro lugar, informou que a Câmara Municipal já possui um projeto para um percurso fluvial entre a Praia Fluvial e a Barragem Engenheiro Duarte Pacheco, que numa fase posterior se estenderá até à Aldeia da Ribeira, projeto que já foi candidatado a financiamento e que o Município aguarda a aprovação dos apoios necessários para avançar com a obra. -----

Em segundo lugar, referiu ter informação de que toda a Aldeia da Ribeira terá sido adquirida por um investidor privado, o que poderá obrigar a Câmara Municipal, no futuro, a trabalhar o processo de forma diferente. -----

Por fim, deu nota do interesse do Executivo em promover e valorizar a Aldeia da Ribeira, assim como outras aldeias do Concelho, como Agualva, Côvo e Lomba, considerando-as locais de grande potencial e valor para o território de Vale de Cambra. -----

- Pedindo a palavra, o Deputado Municipal Vítor Pinho reforçou que não existem dúvidas de que a Aldeia pertence à Freguesia e Paróquia de Cepelos, lembrando que o funeral do último habitante foi realizado pelo Pároco de Cepelos, como prova da ligação ao território de Vale de Cambra.-----

2026.04.27

Manifestou o seu apoio à criação dos passadiços e sugeriu que o projeto comece pela parte alta da serra, permitindo valorizar simultaneamente as zonas altas e o centro da cidade, incentivando os visitantes a conhecerem melhor todo o território. -----

Por fim, considerou positiva a notícia da existência de um investidor privado interessado na Aldeia, entendendo que isso representa uma oportunidade para a sua recuperação e revitalização, em linha com os objetivos da Moção de preservar e valorizar o património local. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e sete membros presentes, aprovar a Moção pela Valorização, Salvaguarda e Promoção da Aldeia da Ribeira (Cepelos), e remeter à Câmara Municipal, as respetivas recomendações. -----

PONTO 3

INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DESTA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, DA LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, E SUAS ALTERAÇÕES: -----

Não houve intervenções.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 16/04/2026, acerca da atividade e da situação financeira do Município, no período de 1 de fevereiro a 31 de março de 2026.

PONTO 4

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2025:

O Sr. Presidente da Câmara Municipal apresentou os pontos 4, 5 e 6, fazendo uma única intervenção em relação aos assuntos: -----

“Os documentos que integram o presente ponto foram elaborados de forma a proporcionar uma análise abrangente, não apenas da execução orçamental do Município de Vale de Cambra, mas igualmente da sua posição económico-financeira



global, incorporando ainda um conjunto de divulgações consideradas relevantes à luz do Quadro Normativo aplicável. -----

Encontrando-se plenamente consolidada a aplicação do sistema de normalização contabilística para as Administrações Públicas, importa salientar que a qualidade da informação financeira, bem como a sua comparabilidade inter temporal, assumem atualmente um grau de robustez necessariamente superior. -----

A presente análise assenta ainda nos documentos provisionais estruturantes, designadamente o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, estas últimas desdobradas no Plano Plurianual de Investimentos e no Plano de Atividades Municipal, devidamente apreciados e aprovados pelos órgãos competentes. -----

Complementarmente, são considerados os principais Mapas de natureza patrimonial, económica e financeira, com destaque para o Balanço, a Demonstração dos Resultados por natureza e a Demonstração dos fluxos de caixa. -----

No Plano da Posição Financeira, evidencia-se um acréscimo de ativo no montante superior a 6.747.500 euros face ao exercício anterior, acompanhado por um aumento do passivo na ordem dos 378.320 euros, o que se traduziu no reforço do património líquido em aproximadamente 6.369.200 euros. Para este desempenho, contribuiu de forma determinante a valorização, no decurso de 2025, de infraestruturas afetas às redes de abastecimento de água e saneamento básico, que até então não se encontravam reconhecidas contabilisticamente no património Municipal. -----

Para o efeito, o Município recorreu a uma entidade externa especializada, a Kroll Advisory Portugal, Unipessoal Lda, cujo trabalho técnico permitiu apurar um impacto líquido positivo no Património Municipal de 5.275.985 euros, resultante da diferença entre o valor atribuído aos ativos e os abates entretanto verificados. -----

No que respeita à execução orçamental, regista-se um nível de execução da receita superior a 91%, considerando o Saldo de Gerência transitado de 2024, sendo que, no

2026.04.27

que concerne à receita efetiva do exercício, foram arrecadados mais de 27 milhões de euros. Paralelamente, a despesa orçamental atingiu um volume superior a 29 milhões de euros, refletindo um acréscimo dos pagamentos efetuados face ao exercício anterior, na ordem dos 7 milhões de euros, o que traduz uma intensificação da atividade Municipal e da concretização de políticas públicas. No domínio do endividamento, importa referir que a margem disponível se situa atualmente em cerca de 19 milhões de euros. -----

Durante o exercício de 2025 foram efetuadas amortizações de empréstimos bancários num montante aproximado de 790 mil euros, tendo o Município encerrado o período com o nível de dívida na ordem dos 8 milhões de euros, evidenciando uma trajetória de gestão prudente e sustentável. -----

Ainda que constitua matéria a tratar em ponto próprio, entendo desde já informar que o resultado líquido do exercício apresenta um valor negativo de 4.676.365,13 euros. Nos termos das disposições contabilísticas aplicáveis, deverá ser objeto de deliberação a sua transferência para a conta 56-Resultados Transitados. -----

Em síntese e terminando: considerando o conjunto dos documentos da Prestação de contas relativa ao exercício de 2025, bem como a expectativa fundamentada de emissão de parecer positivo por parte da Entidade da Revisão Legal de Contas, entende-se que os mesmos refletem, com elevado rigor o profissionalismo técnico, a situação económico-financeira do Município. -----

Neste contexto, e sem qualquer reserva de natureza técnica, conclui-se que o presente ponto reúne condições para merecer aprovação, traduzindo uma gestão pautada por critérios de transparência e conformidade normativa. "-----

Referiu a presença dos técnicos, Dr. Rui Valente, Chefe da Divisão Financeira e do Património e da empresa Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda, Dra. Teresa Soares Martins e Dr. Luís Salabert. -----



A Sr.ª **Presidente da Mesa** deu a palavra aos Deputados Municipais: -----

- **André Machado** cumprimentou os presentes e todos os que assistiam à sessão online. -----

Manifestou-se preocupado com o Relatório de Contas de 2025, pela dimensão do passado e a dimensão do futuro.-----

Referiu que os rendimentos cresceram apenas 7% face a 2024, enquanto os gastos aumentaram 19%, resultando estas percentagens do aumento de 23% nos fornecimentos e serviços externos, que atingiram 9,6 milhões de euros, e na subida de 13% nos gastos com pessoal do quarto maior empregador do Concelho, totalizando 8,2 milhões de euros para 340 trabalhadores. -----

Salientou ainda o aumento de 504% nas provisões devido a quatro novos processos judiciais, num total de 6 processos, elevando o total do saldo acumulado para 2,2 milhões de euros. -----

Face ao resultado operacional, disse que se demonstra que a receita Municipal não é suficiente para suportar a despesa, que o aumento dos fornecimentos e serviços externos e dos gastos com pessoal contribui para a degradação das contas municipais. Referiu que o EBITDA registou, pela primeira vez nos últimos anos, um valor negativo de 164 mil euros, representando uma quebra de 106% face a 2024. -----

O resultado líquido também sofreu uma forte redução, com um desvio negativo de 159%, equivalente a 4,6 milhões de euros. Destacou ainda que o Município utilizou 2,2 milhões de euros da tesouraria e que a execução corrente se tornou negativa em cerca de um milhão de euros. Relativamente ao endividamento, apontou um aumento de 23% nos financiamentos, pela aquisição da Martins & Rebello, fixando a dívida bancária em 7,9 milhões de euros. -----

2026.04.27

Apesar da capacidade de financiamento disponível, referiu que os investimentos devem ser direcionados para as pessoas, empresas e associações do Concelho, além das pessoas e não apenas para pagamento de serviços externos e gastos com pessoal. Esta situação financeira que o preocupa, disse, não aconteceu somente em 2024, mas é uma tendência contínua, já que o resultado operacional caiu de 3,8 milhões positivos em 2023 para 2,5 milhões em 2024 e para um valor negativo em 2025 de 164 mil euros. -----

Referenciou a evolução negativa do resultado líquido do Município, que passou de menos 399 mil euros em 2023 para menos 1,8 milhões em 2024 e para menos 4,6 milhões em 2025, considerando tratar-se de uma tendência preocupante e que vê com bons olhos a contratação da KPMG para recuperar valor de IVA, à semelhança de outros municípios, estimando que possam ser recuperados entre 700 mil a 1 milhão de euros, direito disponível para os Municípios, desde 2015, mas que mesmo assim, esse valor não resolveria o problema, mantendo-se a necessidade de otimizar cerca de 3 milhões de euros através do aumento da receita ou de uma gestão mais eficiente da despesa. Sendo os princípios de gestão, iguais no setor público e privado, questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a expectativa de melhorar, ainda este ano, os resultados financeiros através da otimização da receita e da despesa e se o orçamento aprovado em dezembro passado, será cumprido na totalidade ou se haverá necessidade de adiar investimentos devido a limitações financeiras. -----

Pedi ainda esclarecimentos sobre os seis processos judiciais associados às provisões, nomeadamente a sua natureza, valores e expectativas de desfecho por parte do Município. -----

Por fim, recomendou a reestruturação económica e financeira das contas municipais para evitar comprometer o futuro, defendendo que a estratégia do executivo deve



focar-se na melhoria das condições de vida dos cidadãos, das empresas e instituições e associações do Concelho. -----

- José Soares -----

Referiu, que da análise feita às contas em termos da forma, estas são rigorosas e merecedoras de confiança, conforme o resultado da Certificação Legal, que frisa nada haver de relevante. -----

Quanto à substância, disse ter uma visão diferente da explanada pelo Deputado Municipal na intervenção anterior, lembrando o contexto difícil vivido pelos municípios, marcado por fatores como, o aumento de encargos com a transferência de competências, pela inflação nos custos da construção e obras públicas e pela escassez de oferta no setor da construção. -----

Ainda assim, considerou que as contas demonstram racionalidade na gestão, equilíbrio financeiro, investimento, sustentabilidade e preocupação social, constatando que o peso das despesas correntes no total da despesa diminuiu de 81% para 70,4% entre 2024 e 2025, indicando uma maior aposta no investimento, reconhecendo que se justifica o aumento das despesas com pessoal, com os novos serviços prestados pelo Município e com o pessoal afeto à Câmara Municipal pela transferência de competências, sendo que, o rácio entre despesas de capital e despesas correntes, se manteve nos 39%, não havendo um agravamento significativo em termos relativos face à despesa total. -----

Disse ter sido realizado um forte investimento e que as despesas de capital atingiram 8,7 milhões de euros, o valor mais elevado dos últimos quatro anos, e mesmo excluindo os 2,3 milhões de euros relativos à aquisição das instalações da Martins & Rebello, o investimento restante de 6,4 milhões de euros continua a representar o maior volume de investimento Municipal do mesmo período. Em suma, 2025 registou o maior nível de investimento do último quadriénio. -----

2026.04.27

As despesas de capital representaram 29,6% da despesa total, face a 18,6% em 2024, evidenciando um reforço do investimento Municipal e os ativos fixos tangíveis aumentaram 8,4 milhões de euros. -----

Entre os principais investimentos destacou o CAE (4,1 mil euros), as pavimentações (1,1 mil euros) e a habitação social partilhada (666 mil euros), frisando que, esta última, não era promovida desde o mandato do Dr. Fonseca. Outro investimento realizado foi o da requalificação das Unidades de Saúde, superior a 600 milhares de euros, sobretudo nas Unidades Centrais e de Junqueira, por ser importante a estratégia nas áreas social e da saúde para o Concelho, não esquecendo o investimento de 2,3 milhões de euros na aquisição da Martins & Rebello. -----

Sobre a dívida Municipal, disse ter sido encerrado o ano nos 8 milhões de euros, mas que, excluindo o investimento na Martins & Rebello, a dívida teria ficado nos 5,7 milhões de euros, um dos valores mais baixos das duas últimas décadas. -----

Frisou que, em 2013, no início do ciclo de governação do CDS, o Município praticamente não tinha margem de endividamento, encontrando-se muito limitado financeiramente. -----

O património líquido, em 2025, foi de 6,4 milhões de euros, reforçando a autonomia financeira do Município de 86% para 87%. -----

Referiu-se ainda ao equilíbrio financeiro, à redução do prazo médio de pagamento a fornecedores, que passou de 15 para apenas 5 dias e também ao respeito do princípio da solidariedade intergeracional, não realizando despesas que comprometam financeiramente as gerações futuras. -----

Na vertente social, grande parte dos fornecimentos e serviços externos geram um défice, mas resultam de serviços essenciais prestados à população, como as refeições e transportes escolares e o serviço de água onde se praticam os preços mais baixos da Área Metropolitana do Porto; Vale de Cambra também mantém as mais baixas taxas



de impostos municipais de entre os 17 Concelhos da Área Metropolitana do Porto, considerando ser esta, uma política importante para atrair pessoas e empresas para o Concelho, Concelho este que aposta no desporto e na cultura, fatores que contribuem para tornar Vale de Cambra mais atrativo, e, apesar dos empreendimentos municipais, como o CAE, não serem diretamente responsáveis pelo aumento populacional, a oferta cultural tem impacto a longo prazo na atração de pessoas para o Concelho. -----

Salientou que a receita de IMI subiu de 2,4 para 2,6 milhões de euros entre 2024 e 2025, enquanto a do IMT aumentou de 792 mil para 898 mil euros, havendo uma maior procura imobiliária e um crescente interesse das pessoas em viver em Vale de Cambra. -----

No uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu à intervenção de André Caravela afirmando que a Câmara Municipal gere o orçamento com cautela, responsabilidade e consciência das limitações financeiras. Em 2025 foram realizados investimentos em várias áreas, incluindo o início do funcionamento e a operacionalização do CAE, que trouxe novas despesas ao Município. -----

A opção política foi de apoiar as famílias e empresas, preferindo deixar mais rendimento disponível aos cidadãos em vez de aumentar a receita municipal, traduzindo-se esta, na não alteração de alguns dos impostos e tarifários, que são os mais baixos da Área Metropolitana do Porto, manter uma forte aposta na qualidade de vida e no bem-estar da população, investindo em áreas como saúde, educação, ação social, desporto e cultura. -----

Reconhece a necessidade de diminuir a despesa e aumentar a receita municipal, defendendo que esse trabalho deve começar de imediato, cumprindo-se o orçamento aprovado, procurando executar o máximo possível das medidas aí previstas até ao final do ano. -----

2026.04.27

Relativamente aos processos judiciais, referiu já terem valores cativos, estimativas que estão refletidas nas provisões financeiras do Município e, apesar de não ser possível prever com exatidão os desfechos, considera que alguns processos poderão ser favoráveis ao Município. -----

Concluiu referindo-se a três eixos fundamentais para a gestão Municipal: a necessidade de uma contenção efetiva da despesa corrente, o reforço da capacidade de gerar poupança corrente para garantir investimento sustentável e uma gestão de tesouraria mais rígida e rigorosa. -----

A Assembleia Municipal, com a abstenção dos GM do PPD/PSD e do CHEGA e com os votos a favor dos GM do CDS e PS, deliberou por maioria dos vinte e sete membros presentes, aprovar os documentos de Prestação de Contas do ano 2025, nos termos do disposto na alínea l) do n.º 2, do artigo 25.º do RJAL, conforme a deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 07/04/2026. -----

Declaração de Voto do Grupo Municipal do PPD/PSD: “A Bancada do PSD justifica a sua **abstenção** relativa à votação na Prestação de Contas do ano de 2025 com a presente declaração de voto. -----

A nossa decisão assenta, antes de mais numa realidade consumada, que cremos devidamente auditada. Ou seja, o voto da bancada não altera a execução do ano em análise (2025) nem produz, por si, efeitos materiais sobre a gestão e decisões tomadas num exercício concluído.-----

Sobre o período do exercício em si, é também relevante lembrar que a atual Bancada do PSD tomou posse no final de 2025, momento em que viu reforçada a sua posição de auditoria sobre o executivo, passando a ter presentemente e para o atual mandato, maior capacidade de intervenção – capacidade que não tinha nem teve durante a esmagadora maioria do ano de 2025 e que permitiu que o executivo apresente hoje resultados muito pesados. -----

2026.04.27

O PSD continuará a exercer uma oposição responsável, exigente e construtiva, defendendo o rigor financeiro, a transparência e a boa administração ao serviço dos Valecambrenses. -----

É esta a justificação da nossa declaração de voto." -----

PONTO 5

APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2025:

A Assembleia Municipal, com a abstenção dos GM do PPD/PSD e do CHEGA e com os votos a favor dos GM do CDS e PS, deliberou por maioria dos vinte e sete membros presentes, aprovar a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2025, conforme a deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 07/04/2026. -----

PONTO 6

SUSPENSÃO DO PAEL - PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL:

- Célia Tavares -----

Referiu ser este um tema técnico, mas também com uma dimensão política, por ser positivo, o Município cumprir atualmente os limites legais de endividamento e apresentar uma situação financeira mais estável. -----

Referiu a crise económica que Portugal viveu em 2012, as dificuldades financeiras que vários municípios tiveram nessa altura, incluindo o de Vale de Cambra, e que, por isso, recorreram ao PAEL. Mencionou que no caso de Vale de Cambra, foram realizados investimentos estruturantes, tendo dado como exemplo, as vias municipais, as variantes rodoviárias, os Paços do Concelho, o Parque da Cidade Dr. Eduardo Coelho, a Praça Comendador Álvaro Pinho da Costa Leite e o Parque Subterrâneo, investimentos que implicaram um financiamento externo e a comparticipação municipal, originando uma pressão financeira associada e não apenas uma despesa corrente, tendo sido nesse contexto que surgiu o recurso ao



Dito isto, vamos ser mais concretos: os resultados apresentados — incluindo o resultado líquido negativo superior a 4,6M€, a degradação de indicadores operacionais (EBITDA) e o agravamento de riscos financeiros — são consequência das opções de gestão e das prioridades definidas pelo Executivo do CDS, que detém a responsabilidade executiva e política integral pela condução do Município no ano de 2025 e que o atual Presidente assumiu como “de continuidade”. Uma execução que é marcada por avultados custos das opções de governação, opções sem uma conexão com o desenvolvimento do Concelho, opções sem evidência de impacto no Concelho e nas suas populações, opções essas que vão limitar o apoio aos mais carenciados e a criação de igualdade de oportunidades. -----

A Bancada do PSD tem, ao longo deste mandato, assinalado preocupações e apresentado alertas e propostas concretas sobre matérias essenciais — nomeadamente ao nível da otimização e disciplina da despesa corrente, controlo de custos, riscos de contencioso e sustentabilidade financeira. Lamentavelmente, as nossas recomendações não têm sido acolhidas nem integradas pelo Executivo, que manteve e mantém as suas prioridades políticas, assumindo-as publicamente como opções de governação e que frequentemente ouvimos pela pessoa do Sr. Presidente como “sendo opções que o próprio assume”. -----

Por isso, a nossa abstenção vem no sentido de não concordância com a política e gestão realizadas e perpetuadas pelo atual executivo. Na verdade, a nossa posição tem sido divergente com as políticas que conduziram a estes resultados, reafirmamos que o Município não pode normalizar trajetórias de desequilíbrio e que é imperativo corrigir, com urgência, a evolução da despesa, a exposição a riscos e o agravamento do endividamento, sob pena de se comprometer a sustentabilidade das contas municipais e a capacidade futura de investimento. -----



[Handwritten signature]

PAEL, devido à consequente existência de pagamentos em atraso. Disse ter sido uma situação não intencional, mas circunstancial, em que o PSD assumiu o problema e tomou a decisão responsável, recorrendo ao PAEL para regularizar a dívida e estabilizar as contas, estando atualmente os resultados à vista, o Município cumpre os critérios legais e pode suspender o Plano. -----

Afirmou que o ponto, suspensão do PAEL, tem sido deliberadamente e sucessivamente suspenso, tendo questionado se tratava de decisões ponderadas, ou de apenas um automatismo administrativo. -----

Concluiu que a suspensão do PAEL traz benefícios, como uma maior autonomia, flexibilidade e capacidade de decisão, mas também implica riscos, como um menor controlo externo e uma menor disciplina formal. -----

Face ao exposto questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal se existe um planeamento estratégico por trás da decisão, porque o momento não deveria ser de apenas um simples ato administrativo. -----

- José Soares -----

Explicou que o PAEL não foi propriamente um novo endividamento, mas sim uma substituição da dívida relacionada com atraso nos pagamentos a fornecedores, tendo sido criado pelo Governo para ajudar as autarquias a regularizar essas dívidas e reduzir o impacto negativo na economia local, onde os atrasos de pagamento das Câmaras municipais prejudicavam fornecedores locais, chegando alguns a entrar em insolvência, incluindo os de Vale de Cambra. -----

A partir de 2013, houve um esforço significativo para equilibrar a situação financeira, deixando de ser necessário cumprir as regras do PAEL, as quais implicavam a aplicação de medidas exigentes, como a redução da taxa de IMI para 0,4% e cortes na iluminação pública, tendo tudo isso, impactos negativos nas famílias, empresas e serviços do município. A Câmara Municipal conseguiu equilibrar as contas, deixando

2026.04.27

de estar sujeita a essas regras, equiparadas ao programa da Troika aplicado ao Estado. Então, a situação não se devia apenas a dificuldades de crédito, mas, no final de 2013 o município tinha cerca de 12 milhões de euros de dívida bancária e 2 milhões a fornecedores, além de outros passivos. Era uma realidade muito mais pesada do que a atual, se a compararmos com a dívida mais recente. -----

A Assembleia Municipal, com a abstenção dos GM do PPD/PSD e do CHEGA e com os votos a favor dos GM do CDS e PS, deliberou, por maioria dos vinte e sete membros presentes, aprovar a proposta de suspensão da aplicação do Plano inerente ao PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, conforme a deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 07/04/2026.-----

PONTO 7

APOIO À JUNTA DE FREGUESIA DE CEPELOS – ACORDO DE PARCERIA PARA A REALIZAÇÃO DA FEIRA TRADICIONAL DE GADO DA RAÇA AROUQUESA 2026 – “FEIRA DOS 16”: -----

A Sr.ª Presidente deu a palavra para apresentação do assunto: -----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a Câmara Municipal propõe a atribuição de um subsídio de 3 mil euros à Junta de Freguesia, que será complementado com apoio logístico, tendo reconhecido a importância da realização da Feira para a promoção da raça Arouquesa e das freguesias de Junqueira e Cepelos, pelo que é intenção de, se possível, já no próximo ano, reforçar esse apoio para aumentar a dimensão e qualidade do evento, promovendo também o Concelho de Vale de Cambra.

- Fernanda Gonçalves -----

Afirmou que a Feira dos 16 é mais do que um evento tradicional, tendo impacto real e imensurável na valorização do mundo rural, no apoio aos criadores e na promoção da raça Arouquesa, tendo, assim, um papel na preservação do património local pelo que deve ser dinamizado, sendo reconhecida como importante para a fixação de jovens



produtores e para o aumento do efetivo da raça e a valorização de um produto autóctone, além de que este tipo de iniciativas impulsionam o desenvolvimento económico local, dinamizam a vida rural e aumentam a atratividade do território. ----

Referiu que a edição deste ano terá maior dimensão, prolongando-se por três dias, o que implica um aumento dos encargos de organização. -----

Considerando os dados concretos relativos a 2025, participaram 18 criadores e foram atribuídos 74 prémios em 14 categorias, totalizando 4.150€ apenas em prémios. Perante estes valores, considera-se que o apoio de 3.000€, inalterado há mais de 10 anos, está desajustado face às atuais necessidades. Estando o Município a concordar com a importância da Feira da raça Arouquesa, não faz corresponder o subsídio atribuído, que se mantém há mais de uma década, evidenciando-se uma incoerência entre o discurso e a prática, face à falta de atualização deste apoio, apesar do aumento dos custos e da dimensão do evento. Não se trata de uma questão simbólica, mas sim da necessidade de garantir condições adequadas para um evento com impacto na economia local e na valorização do território, por ser esta, a Feira dos 16, a única feira dedicada à raça Arouquesa exclusivamente no Concelho de Vale de Cambra, o que lhe confere importância estratégica, pedindo, a Junta de Freguesia de Cepelos, a revisão do apoio financeiro, para o ajustar aos custos atuais e à relevância do evento. -----

Afirma ainda que, embora continue a assumir as suas responsabilidades, espera um maior apoio do Município de forma proporcional e coerente e alinhada com os compromissos assumidos. -----

- Albino Almeida -----

Manifestou concordância com a intervenção anterior, corroborando tudo o que referiu pela importância de valorizar não só o património material, mas também o imaterial, pois que a tradição, no caso, da manutenção da raça Arouquesa no território deve ser valorizada e reconhecida e preservada, por fazer parte da

2026.04.27

identidade de Vale de Cambra, não se podendo perder, tal como o património da Aldeia, que pode desaparecer definitivamente se não for preservado. -----

O Sr. Presidente da Câmara afirmou que já se pensou na necessidade de rever o apoio às feiras, como a do Arestal, mas, tendo em conta a entrada em funções do atual executivo e, por falta de tempo e capacidade de avaliação de todos os processos, ainda não foi possível fazer essa revisão. -----

Nesse âmbito, informou que o município está a trabalhar num novo regulamento para apoiar produtores de gado Arouquês e outros produtos endógenos.-----

Esclareceu que a Câmara Municipal, até à data, não tem conhecimento do caderno de encargos desta Feira, desconhecendo o valor real do evento, não podendo avaliar o custo real para o apoiar com justiça. O pedido foi feito e o apoio vai ser monetário e logístico, sendo que este último ultrapassa o valor monetário atribuído, pelo que poderá ser feita uma revisão do modelo de apoio em conjunto com a Presidente da Junta, podendo optar-se por aumentar o apoio financeiro, substituir o apoio logístico por esse aumento ou manter ambos. -----

Finalizou dizendo que a proposta atual apresentada, é a possível para a edição deste ano, ficando aberta a ajustamentos futuros. -----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade dos vinte e seis membros presentes, aprovar a atribuição à Junta de Freguesia de Cepelos, de um apoio no valor de 3.000,00€ (três mil euros), no âmbito da realização da Feira Tradicional de Gado da Raça Arouquesa 2026 – “Feira dos 16”, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do artigo 25º do RJAL, conforme a deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 24/03/2026. -----

(Durante a votação do ponto 7, ausentou-se a Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, Fernanda Gonçalves)



PONTO 8

**IMPLEMENTAÇÃO DE REDE DE FIBRA ÓTICA NO MUNICÍPIO - FREGUESIA DE
CEPELOS - CEDÊNCIA DE ESPAÇO PÚBLICO PARA COLOCAÇÃO DO ARMÁRIO DE
COMUNICAÇÕES: -----**

O Sr. Presidente da Câmara destacou a importância da instalação de fibra ótica na parte alta do Concelho por uma empresa, prevista para iniciar no final de 2026 ou início de 2027, projeto que permitirá levar fibra a cerca de 2.000 habitações, incluindo 758 em Arões, 780 em Cepelos, 64 em Junqueira, 35 em Macieira de Cambra e 4 em Rôge. -----

Refere que, apesar de ter sido uma questão discutida em período pré-eleitoral, a instalação da fibra ótica é um investimento privado apoiado pela Câmara Municipal para acelerar a sua disponibilização aos habitantes, sendo, concretamente, solicitada a isenção da taxa de ocupação de um terreno onde será instalado um armário de comunicações da empresa, que não está prevista no Regulamento Municipal, mas sim, a exceção que permite à Assembleia Municipal conceder isenções mediante proposta da Câmara Municipal, sendo essa a proposta que se apresenta. -----

- Fernanda Gonçalves -----

Reconhece como positivo o projeto de instalação de um armário de telecomunicações em Viadal para expansão da fibra ótica, beneficiando várias habitações em Cepelos. Destaca, porém, a desigualdade existente na freguesia, onde algumas Aldeias já têm acesso à fibra e outras ainda não, considerando importante a continuação deste processo para corrigir essa situação. -----

O processo de expansão da fibra ótica tem sido lento e ainda não garante cobertura total da freguesia, reconhecendo a medida como positiva, o caminho certo para a conectividade digital que é uma necessidade essencial para a equidade, o desenvolvimento, tendo em conta a coesão territorial. -----

2026.04.27

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade dos vinte e sete membros presentes, aprovar, conforme deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 24/03/2026, em função do pedido realizado pela empresa DSTELECOM II Norte, Unipessoal, Lda e ao abrigo do n.º1 do artigo 6.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Vale de Cambra, a isenção do pagamento da taxa da ocupação e cedência pelo prazo de 20 anos de um trato de terreno do domínio público com a área de 16,25m2, sito na Freguesia de Cepelos, identificado em planta de implantação (coordenadas 40.844672, -8.312967) e de acordo com o Projeto apresentado para a construção de armário de comunicações “POP” de uma rede de fibra ótica, com base nos seguintes fundamentos: -----

- por se tratar de uma instalação de rede neutra e multioperador, sem duplicação de infraestruturas e com respeito pelas boas práticas de gestão urbana; -----
- por se tratar de instalação destinada à prestação de um serviço de interesse público, contribuindo para a expansão da cobertura de comunicações eletrónicas de nova geração no território Municipal.

PONTO 9

REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA:

A Sr.ª Presidente da Mesa dá a palavra ao 1.º Secretário da Mesa, Dr. Pina Marques, o qual agradeceu a colaboração dos Serviços Municipais e dos representantes dos Grupos Municipais pelo apoio, empenho e cooperação ao longo do processo, do qual apresenta o Relatório.

“RELATÓRIO

Comissão Eventual para a Revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Vale de Cambra

1. Enquadramento e Fundamentação



A presente Comissão Eventual foi constituída com o objetivo de proceder à revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, documento em vigor há cerca de 12 anos.-----

A revisão teve como principais fundamentos: -----

- Atualização normativa e adaptação a novas exigências funcionais; -----
- Introdução da possibilidade de transmissão em direto das Sessões e Reuniões;
- Melhoria das condições de participação do público nas sessões; -----
- Harmonização e coerência formal do texto regimental. -----

O trabalho desenvolvido visa apresentar ao Plenário uma proposta consolidada de revisão do Regimento. -----

2. Composição da Comissão

A Comissão integrou os seguintes membros: -----

- Célia Maria Tavares – Grupo Municipal do PPD/PSD -----
- João Carlos da Silva Pinho – Grupo Municipal do CDS/PP -----
- Albino Luís Soares Almeida – Grupo Municipal do PS -----
- Armando de Oliveira Martins de Pina – Grupo Municipal do Chega -----
- António Fernando de Pina Marques – 1.º Secretário da Mesa e Coordenador da Comissão. -----

O apoio técnico e secretariado das reuniões foi assegurado por Fernando Pinho e Adélia Cruz, do Gabinete de Apoio aos Órgãos. -----

3. Metodologia de Trabalho

A Comissão iniciou os trabalhos com uma reunião de planeamento realizada no dia 5 de janeiro, pelas 18h00, na qual foram definidos os objetivos e partilhados regimentos de outras Assembleias Municipais. -----

A primeira reunião de trabalho teve lugar no dia 24 de janeiro, pelas 8h30, prolongando-se até às 13h15. -----

2026.04.27

Foi agendada nova reunião para o dia 31 de janeiro, pelas 8h30, a qual decorreu até cerca das 18h00, com intervalo para almoço. -----

No dia 12 de fevereiro, os membros receberam, por parte dos serviços, o ficheiro consolidado com o Projeto de Regimento. -----

A Comissão reuniu novamente no dia 14 de fevereiro, pelas 8h30, para a revisão final. Após esta reunião, o projeto de Regimento trabalhado foi remetido para os serviços jurídicos da Câmara Municipal para se proceder a uma revisão técnica e jurídica. -----

Concluído esse trabalho, a Comissão voltou a reunir, no dia 10 de abril, pelas 18h00, para analisar os contributos da revisão solicitada e concluir os trabalhos da proposta de revisão de Regimento. -----

Documentos analisados: -----

- Regimento em vigor da Assembleia Municipal de Vale de Cambra; -----
- Regimento da Assembleia Municipal do Porto; -----
- Regimento da Assembleia Municipal de Castelo de Paiva; -----
- Regimento-Tipo da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais;--
- Proposta apresentada por Célia Tavares. -----

Dinâmica adotada:

- Análise artigo a artigo; -----
- Recolha e sistematização de contributos; -----
- Organização técnica do texto pelos serviços municipais; -----
- Revisão pelos serviços jurídicos; -----
- Revisão final conjunta. -----

4. Desenvolvimento dos Trabalhos

Durante os trabalhos, foram introduzidas as seguintes principais alterações e inovações: -----

4.1 Transmissão em direto das sessões



Foi incluída no Regimento a possibilidade de transmissão em direto das Sessões e Reuniões, integrando projeto regulamentar já em curso por Comissão Eventual própria. -----

4.2 Reorganização do Período de Intervenção do Público

O Período Destinado à Intervenção do Público que constava do Regimento em vigor, no final das sessões, foi antecipado para o período, imediatamente após o PAOD, e antes do Período da Ordem do Dia de modo a: -----

- Facilitar a participação dos cidadãos; -----

4.3 Inscrição antecipada online

Foi criada a possibilidade de inscrição prévia online por parte dos cidadãos, permitindo: -----

- Indicação antecipada do tema a abordar; -----
- Melhor preparação das respostas por parte dos órgãos competentes. -----

4.4 Harmonização e melhoria técnica do texto

Foram efetuadas melhorias formais, nomeadamente: -----

- Uniformização do uso de maiúsculas; -----
- Correção de repetições e identificação de alíneas; -----
- Reorganização estrutural do articulado; -----
- Melhoria da coerência global do documento. -----

Reconhece-se que qualquer revisão normativa pode beneficiar de futuras melhorias ou aperfeiçoamentos, sendo desejável uma revisão gráfica e de design para eventual publicação final. -----

5. Questão da Identidade Visual

Na fase final dos trabalhos, e considerando que alguns regimentos consultados incluíam logótipo próprio, foi sugerida a criação de um logótipo para a Assembleia Municipal de Vale de Cambra. -----

2026.04.27

Esta sugestão foi apresentada para apreciação da Senhora Presidente da Assembleia Municipal. -----

6. Conclusões

A proposta final de revisão do Regimento: -----

- Resultou de análise comparada e trabalho colaborativo; -----
- Procurou-se reunir o máximo consenso entre todos os membros da Comissão;
- O documento é agora apresentado à consideração do Plenário da Assembleia Municipal.

7. Agradecimentos

O Coordenador da Comissão manifesta reconhecimento: -----

- Aos serviços de apoio da Câmara Municipal, pelo trabalho técnico desenvolvido; -----
- Aos representantes dos Grupos Municipais, pela disponibilidade, empenho e espírito construtivo demonstrados ao longo de todo o processo. -----

Vale de Cambra, 10 de abril, de 2026 -----

O Coordenador da Comissão, António Fernando de Pina Marques. “ -----

A Sr.ª Presidente da Mesa deu a palavra:

- José Pinheiro -----

Frisou que a revisão do Regimento era um processo antigo e manifesta satisfação pelo trabalho realizado nos últimos meses, que permitiu chegar a um documento consensual. Agradece a todos os Grupos Municipais partidários pelo contributo e aos colaboradores da Câmara Municipal pelo empenho e dedicação ao longo do processo.

- Armando Pina -----

Disse ter participado na elaboração do novo Regimento e que votará a favor, destacando melhorias importantes no processo. Critica o antigo modelo, em que os cidadãos esperavam longos períodos para intervir, e elogia a alteração que passou a



A

permitir a intervenção do público antes da ordem do dia, considerando-a uma conquista relevante para a participação dos munícipes. Contudo, refere-se à perda de uma proposta que defendia a existência de dois períodos de intervenção do público, a qual defendeu várias vezes, mas foi rejeitada pela maioria na Comissão. -----

Defendeu ainda, que os cidadãos deveriam ter direito à réplica nas intervenções públicas, proposta que também foi rejeitada, argumentando que, sem esse direito, os munícipes podem receber respostas inadequadas ou pouco esclarecedoras sem possibilidade de retomar a palavra e que se poderia permitir uma breve réplica, que seria suficiente e importante para garantir um debate mais justo e transparente.

Frisou novamente que apresentou propostas para aumentar a participação dos cidadãos, mas que estas foram rejeitadas pela maioria, decisão que reduziu a transparência e a voz dos valecambrenses, lamentando a perda da oportunidade de reforçar a participação pública. -----

O 1.º Secretário da Mesa -----

Afirmou nada haver que impeça a participação dos cidadãos, garantindo que os eleitos estão disponíveis para ouvir a população, em qualquer momento, havendo sempre situações excecionais, em que o plenário pode decidir se permite intervenções do público no final das sessões, caso se justifique, defendendo que a participação dos cidadãos deve ser guiada pelo bom senso e que estes têm sempre oportunidade de se fazer ouvir, valorizando a possibilidade de envio prévio dos temas para melhor preparação das respostas, afirmando que o objetivo é servir a população, garantindo sempre a abertura ao diálogo e à participação em tempo útil. -----

A Sr.ª Presidente da Mesa informou que se estava a aproximar a meia-noite e, nos termos do n.º1. do artigo 13.º do ainda vigente Regimento da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário, a continuidade da sessão, antes de avançar com a votação do ponto em discussão. -----

2026.04.27

A continuação da sessão foi votada por unanimidade dos vinte e sete membros presentes.

A Sr.^a Presidente da Mesa deu seguimento ao ponto em discussão e, -----
agradeceu, em nome da Assembleia Municipal, o trabalho da Comissão Eventual pela revisão do Regimento, reconhecendo o esforço, dedicação e tempo investidos pelos seus membros na análise detalhada do documento e na consulta de outros regimentos, bem como ao Gabinete Jurídico, aos colaboradores Adélia e Fernando, e à Câmara Municipal pelo apoio e pela disponibilização de meios no acompanhamento e desenvolvimento do processo. -----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade dos vinte e sete membros presentes, aprovar a revisão do Regimento da Assembleia Municipal, documento que entra em vigor a partir da presente data, na qual, esta revisão se dá como aprovada. -----

PONTO 10

REGULAMENTO DE TRANSMISSÃO EM DIRETO E DA GRAVAÇÃO DAS SESSÕES E REUNIÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA – PROPOSTA:

Presente a proposta para o Regulamento e o Relatório da sua elaboração, que se transcreve: -----

“I. Introdução

Objeto da Comissão

A transmissão em direto e a gravação das reuniões da Assembleia Municipal constituem atualmente instrumentos relevantes para o reforço da transparência, da proximidade entre eleitos e cidadãos e da valorização da participação cívica na vida democrática local. Contudo, a adoção destes meios deve ser acompanhada por regras claras e equilibradas, que assegurem o respeito pelos direitos fundamentais, em particular o direito à privacidade e à proteção de dados pessoais.-----



Neste sentido, considera-se essencial a definição de um regulamento próprio que enquadre de forma rigorosa as transmissões em direto e a gravação das reuniões da Assembleia Municipal, garantindo simultaneamente a transparência dos trabalhos, a confiança dos munícipes e o cumprimento das obrigações legais aplicáveis. Um regulamento desta natureza permitirá clarificar procedimentos, prevenir situações de incerteza ou conflito e assegurar que a utilização destes meios tecnológicos serve efetivamente o interesse público. Este regulamento deverá salvaguardar princípios fundamentais, designadamente: a proteção da privacidade dos cidadãos e dos intervenientes nas reuniões; o respeito pelo princípio do consentimento e pelas normas de proteção de dados pessoais; a definição clara das regras e dos limites da captação e difusão de imagem e som; bem como a previsão de mecanismos que permitam, sempre que legalmente justificado, a exclusão ou limitação da captação. Em paralelo, deverá afirmar-se como um instrumento de promoção da transparência, da credibilidade e do reforço da participação democrática dos munícipes. -----

A matéria da captação, gravação e transmissão áudio e vídeo das reuniões da Assembleia Municipal de Vale de Cambra encontra-se atualmente omissa no Regimento em vigor. A aprovação do presente regulamento permitirá colmatar essa lacuna, conferindo segurança jurídica e coerência ao funcionamento deste órgão deliberativo. Para esse efeito, o regulamento deverá ser expressamente referido no Regimento da Assembleia Municipal, através da inclusão de um artigo específico, designadamente sob a epígrafe “Meios de Recolha, Transmissão e Arquivo”. -----

Para efeitos deste enquadramento, entende-se por transmissão em direto e gravação a captação das reuniões da Assembleia Municipal por meios técnicos e eletrónicos adequados, bem como a difusão, em tempo real, do respetivo áudio e vídeo, através da internet, no sítio institucional da autarquia e/ou noutras plataformas digitais, garantindo sempre o respeito pelos princípios da legalidade, da proporcionalidade e da boa administração. -----

Fundamentação legal

Dando seguimento ao artigo 45º, compete às Comissões ou Grupos de Trabalho o estudo dos problemas relacionados com as atribuições do município, sem interferir, no entanto, no funcionamento e na atividade normal da Câmara Municipal. -----

Deste modo, a Mesa da Assembleia Municipal propôs na reunião 24 de novembro de 2025, a criação de uma Comissão Eventual para a criação de um Regulamento para as Transmissões em Direto e Gravação das Reuniões das Assembleias Municipais, que possa assegurar o cumprimento destas e outras questões. -----

II. Metodologia

De acordo com o artigo 46º, o número de membro de cada Comissão ou Grupo de Trabalho e a sua distribuição pelos diversos Grupos Municipais, quando existirem, são fixados pela Assembleia. Como tal, e de modo a garantir a representatividade da Assembleia Municipal, foram nomeados os Deputados: -----

- Adélia Boucinha (Partido do Centro Democrático e Social) -----
- André Machado (Partido Social Democrata) -----
- Joana Almeida (Partido Socialista) -----
- Maria José Aguiar (Partido CHEGA) -----

Por determinação da Presidente da Assembleia Municipal, a coordenação da Comissão foi atribuída à 2ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Joana Almeida. -----

Nos termos do artigo 47º, as regras internas da Comissão Eventual são da responsabilidade da Comissão Eventual. -----

A Comissão Eventual reuniu-se no dia 5 de janeiro de 2026, pelas 18 horas, tendo as subsequentes partilhas de informação tendo decorrido via correio eletrónico. -----

No que diz respeito aos documentos consultados pela Comissão Eventual para redação do Regulamento proposto, foram estes o Regimento da Assembleia Municipal



[Handwritten signature]

de Vale de Cambra em vigor (2014), assim como Regulamentos de Transmissões vigentes em outros municípios da Associação Metropolitana do Porto. -----

III. Análise Crítica

Discussão

A aprovação do Regulamento de Transmissão em Direto das Reuniões da Assembleia Municipal de Vale de Cambra constitui um passo relevante no reforço das práticas de transparência, abertura institucional e aproximação entre os órgãos autárquicos e os cidadãos. A sua elaboração responde de forma direta à necessidade, amplamente reconhecida, de enquadrar juridicamente a captação, gravação e difusão pública das reuniões, assegurando simultaneamente o respeito pelos direitos fundamentais, em particular o direito à proteção de dados pessoais e à reserva da vida privada.-----

Numa primeira abordagem, o regulamento evidencia uma preocupação clara em compatibilizar dois princípios que, embora complementares, podem revelar-se antagónicas: por um lado, o dever de transparência e de prestação de contas inerente ao exercício de funções públicas; por outro, a salvaguarda da privacidade dos cidadãos que participam ou assistem às reuniões. Esta preocupação encontra expressão na diferenciação de regimes aplicáveis aos diversos intervenientes, distinguindo de forma adequada os titulares de cargos públicos, os cidadãos intervenientes e o público assistente.-----

No que respeita aos membros da Assembleia Municipal e aos representantes da Câmara Municipal, o regulamento consagra a transmissão automática das suas intervenções, ancorando-a no exercício de funções públicas e no interesse público subjacente à atividade deliberativa. Esta opção revela-se coerente com o princípio da transparência administrativa e com a jurisprudência consolidada em matéria de exposição pública de titulares de cargos políticos.-----

De forma distinta, e em consonância com as exigências do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Lei n.º 58/2019 em vigor), o regulamento adota um modelo de consentimento expreso e informado para a transmissão das intervenções dos cidadãos. A exigência de autorização individual, formalizada através de declaração própria, constitui uma boa prática de proteção de dados, reforçando a autodeterminação informativa e mitigando riscos legais para a autarquia. Acresce que a previsão de mecanismos operacionais — como a reorganização da ordem de intervenções e a interrupção da transmissão da imagem e do som — demonstra uma preocupação efetiva com a aplicação prática do princípio da minimização dos dados.--

No que respeita à captação de imagens dos cidadãos que assistem às reuniões, o regulamento opta por um enquadramento assente no carácter público do ato e do espaço, dispensando o consentimento prévio. Esta solução encontra respaldo legal, mas é equilibrada pela introdução de deveres de informação e pela recomendação expressa de adoção de medidas técnicas destinadas a limitar a captação ao estritamente necessário. Trata-se de um ponto particularmente sensível, no qual a prática efetiva será determinante para assegurar que a regra não se traduz numa exposição excessiva ou desnecessária dos cidadãos. -----

Merece igualmente destaque a previsão de mecanismos de suspensão ou não realização da transmissão em situações excecionais, quando estejam em causa a dignidade, a honra ou o interesse público. Esta cláusula de salvaguarda confere flexibilidade ao regulamento e permite uma resposta proporcional a circunstâncias imprevistas, reforçando a sua robustez jurídica e institucional.-----

O regulamento proposto suplanta as necessidades previamente identificadas e objeto da Comissão Eventual sendo que, o acompanhamento regular da sua execução, bem como a eventual introdução de ajustamentos futuros, revelar-se-ão essenciais para garantir que o regulamento continua a servir eficazmente os princípios que



substanciam a sua criação, consolidando uma cultura de transparência responsável e de respeito pelos direitos fundamentais no funcionamento da Assembleia Municipal.-

Conclusão

Em suma, o regulamento apresenta-se como um instrumento equilibrado, juridicamente consistente e alinhado com os objetivos inicialmente definidos: proteção da privacidade e do consentimento, conformidade com a legislação de proteção de dados, promoção da transparência e definição clara de regras. O seu impacto dependerá, contudo, não apenas do texto normativo, mas sobretudo da forma como é aplicado, comunicado aos cidadãos e revisto considerando a experiência prática.-----

Recomendações

Recomenda-se que no início de cada sessão da Assembleia Municipal, a Presidente da Assembleia Municipal proceda a um aviso prévio aos cidadãos presentes na sala, informando que a reunião se encontra a ser objeto de transmissão e gravação audiovisual, podendo as respetivas imagens e som ser captados e difundidos. O tratamento dos dados pessoais resultante da transmissão e gravação das sessões obedece integralmente ao disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e demais legislação aplicável, encontrando-se devidamente salvaguardados os direitos dos titulares dos dados. -----

Por razões de salvaguarda da ordem, da harmonia dos trabalhos e da integridade do âmbito institucional da sessão, recomenda-se a desativação da funcionalidade de comentários nas plataformas digitais utilizadas para a transmissão, preservando a integridade moral e idoneidade de todos os titulares de cargos públicos, os cidadãos intervenientes e o público assistente. -----

Os serviços municipais devem assegurar a existência de cópias das gravações em suporte físico ou digital alternativo, garantindo o acesso às mesmas para consulta

2026.04.27

pelos eleitos e serviços competentes, nomeadamente em situações de indisponibilidade, falha técnica ou inacessibilidade temporária da página ou repositório oficiais.-----

O artigo primeiro deste regulamento será remetido para o artigo 64º da Secção V do Regimento da Assembleia Municipal.”-----

O Documento foi apresentado e a discussão feita, na sessão de 21 de fevereiro de 2026. -----

A Assembleia Municipal, com a abstenção dos Deputados Municipais Carlos Alberto Soares Rodrigues, José Augusto Tavares Ferreira, Pedro Fernandes Ferreira e Estela Maria Salema da Costa, por não terem estado presentes na sessão da apresentação do ponto, **deliberou por maioria dos vinte e sete membros presentes, aprovar** a proposta para o Regulamento de Transmissão em Direto e da Gravação das Sessões e Reuniões da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, submetendo-a a consulta pública, nos termos do CPA.-----

PONTO 11

APOIO À UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA CHÃ, CODAL E VILA COVA DE PERRINHO: MARCHA POPULAR DE ST.º ANTÓNIO: -----

No uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara referiu que, tal como é anualmente aprovada pela Câmara Municipal, a atribuição de subsídios às entidades que participam nas Marchas Populares de St.º António, no que se refere à Junta da União das Freguesias, por imperativo legal, tem de ser também aprovado pela Assembleia Municipal. -----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade dos vinte e seis membros presentes, aprovar, ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL, o apoio de 5.250,00 (cinco mil duzentos e cinquenta euros) à União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, no âmbito da sua participação nas Marchas de St.º António, nas condições previstas no Regulamento das Marchas de Santo António,



de acordo com a deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de 21/04/2026.-----

(Durante a votação do ponto 11, ausentou-se a Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, Cristina Quintas)

- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** de harmonia com o número 1 do artigo 49.º, do Anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual versão. -----

Do público presente, registaram-se três intervenções, que se descrevem sumariamente: -----

- **António Almeida** -----

Refere-se a um processo antigo, da empresa Sistop, designadamente a reversão de um terreno cedido para a uso em via pública cujo objetivo de uso público não se concretizou, pedindo o ponto de situação do processo de reversão do terreno à empresa, por este assunto ainda não ter sido remetido para deliberação desta Assembleia Municipal. -----

- **Alcides Queirós** -----

Disse estar presente nesta Assembleia para falar dos limites territoriais em Teamonde e outras fronteiras, considerando urgente uma abordagem mais conciliadora e eficaz para resolver a situação, uma vez que uma parte pertence à freguesia de Carregosa, Concelho de Oliveira de Azeméis e a outra parte pertence à União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, Concelho de Vale de Cambra, havendo situações de indefinição quanto aos limites, havendo uma disputa relacionada com terrenos e infraestruturas locais. Referiu ter havido uma reunião em que foram impostas condições consideradas inaceitáveis, o que terá levado à perda de várias habitações para outra freguesia, decisões que causaram confusão e alterações nos limites, com impacto na população local. -----

Pediu ao executivo que acompanhe a atual situação, sobretudo no contexto de obras em curso, podendo haver conversações, intervenção na resolução de um conflito antigo sobre limites territoriais, que considera agravado por propostas controversas no passado, porque o problema se arrasta há décadas, defendendo o envolvimento de jovens e a criação de uma Comissão para estudar e clarificar os limites e encontrar uma solução. -----

2026.04.27

- Pedro Almeida -----

Reconhece a importância do novo Regimento, mas critica a existência de um só período de intervenção do público, considerando que limita a participação dos cidadãos ao não permitir intervenções após a ordem do dia, e que, havendo questões relevantes, os cidadãos terão de esperar meses para intervir em nova sessão. Por isso, defende a existência de dois períodos de intervenção do Público, como noutros municípios, para garantir maior proximidade, abertura e participação democrática.

- A Sra. Presidente da Mesa respondeu de imediato ao Município, dizendo-lhe ter havido uma Comissão Eventual com a representação dos quatro Grupos Municipais, para elaborar o Regimento da Assembleia Municipal e que a mesma deve ser respeitada, dado que estavam a representar um conjunto de Deputados Municipais eleitos democraticamente pela vontade do povo. -----

Disse não ser viável ter múltiplos períodos de intervenção ao longo da sessão, sendo possível, contudo, e se necessário, o plenário decidir a existência de mais intervenções no final dos trabalhos, em respeito pela liberdade democrática. -----

Afirmou ainda, que em qualquer momento, mesmo fora da sessão, qualquer um dos eleitos naquela Assembleia, está disponível para escutar os problemas concretos dos Municípios, e que o Sr. Presidente da Câmara Municipal também não se negará a recebê-los. -----

De seguida, e a seu pedido, deu a palavra ao Deputado Municipal Albino Almeida para uma intervenção complementar: -----

Disse este que nas sessões da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis existem dois períodos de intervenção do público, mas é repartido em dois períodos de meia hora. No caso do Regimento da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, foi decidido por unanimidade, que era preferível uma hora de uma vez só, por ser mais vantajoso do que estar a fazer a intervenção do público em tempos separados. -----

No uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, respondendo ao Sr. António Almeida, disse que o assunto se arrasta há algum tempo e que, segundo a informação disponível, só poderia ser resolvido após a revisão do PDM, concluída em agosto de 2025, tendo em conta a área mencionada, sendo que, antes disso, não era possível avançar com a avaliação. Após tomar posse, demonstrou total disponibilidade para ajudar a resolver o processo, reunindo com os envolvidos e colocando os meios da Câmara Municipal ao dispor. Reconhece que o processo tem



sido lento devido a vários fatores externos, afirmando que a responsabilidade não foi diretamente da Câmara Municipal. -----

Esclarece que a questão foi inicialmente agendada e retirada da Ordem de Trabalhos da reunião da Câmara Municipal, por falta de fundamentação, nomeadamente no cálculo do valor da parcela; depois de corrigido, foi aprovado por unanimidade, mas surgiu um erro técnico entre a área indicada na planta e no texto (diferença de 5 m²), o que comprometeu a validade do ato e levou a novos atrasos. -----

Relativamente à intervenção do Sr. Alcides Queirós, disse-lhe que a preocupação dele, quanto aos limites de Teamonde, era também uma preocupação dos Srs. Presidentes de Junta, nomeadamente da atual Presidente de Junta da União das Freguesias, tendo já reunido com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, Joaquim Jorge, e com o Secretário da Junta, João Moreira, face à impossibilidade da presença da Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa, Sr.ª Constança Melo, havendo, de momento, uma demonstração de vontade do Município de Vale de Cambra e do Município de Oliveira de Azeméis, assim como da Junta da União das Freguesias e da Junta da Freguesia de Carregosa, em resolver esta situação o mais rapidamente possível, até porque a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis está a requalificar uma escola, que se encontra em território de Vale de Cambra, tendo sido também esse o ponto que os levou a reunir. -----

- **A Sra. Presidente da Mesa**, atendendo ao pedido de informação solicitado pelo Deputado Municipal do CHEGA, Armando Pina, sobre os custos das comemorações de 25 de Abril, informou que já lhe foi entregue o Documento de Despesa, passando a informar que foi feita uma única Requisição para as transmissões em direto da Assembleia Municipal de 5 sessões ordinárias e eventualmente mais 4, tendo sido uma delas a do 25 de Abril, sendo o valor total de 8.415€ +IVA. -----

Quanto às comemorações em si, referiu que foi gasto dinheiro em flores e ramos, na placa para o Eng.º Bernardo e na transmissão em direto, valor global que poderá posteriormente transmitir. -----

- **APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO**: Aprovação do texto e respetivas minutas. -----

A Assembleia Municipal, após votação separada, deliberou, por unanimidade dos vinte e sete membros presentes, aprovar em minuta todas as deliberações tomadas

na sessão, aprovando de igual modo o respectivo texto de acordo com a minuta das deliberações que lhes foi distribuída. -----

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal,

Adriana Helena da Silva Rodrigues, com a presença no Salão Nobre de vinte e sete Deputados Municipais, deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão pelas zero horas e trinta minutos do dia vinte e oito do corrente, da qual, o Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrou a presente ata que vai ser assinada por si e pelos Secretários da Mesa.-----

Adrian Rodriguez

ário Antônio Fernando de Aguiar

João Filipe Correia de Almeida

[illegible]